

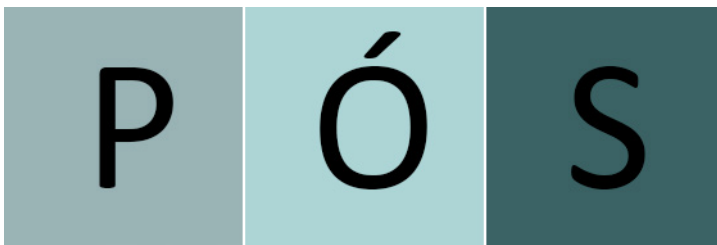


Foto de Beatriz Ferraz
Secom - UnB

P Ó S

**REVISTA BRASILENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

VOLUME 15 | NÚMERO 2 | 2020



Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Número 2 | Volume 15

Copyright © 2020

by Revista Pós - Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UnB
É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Arthur Trindade Maranhão Costa

Vice-diretora: Carla Teixeira Costa

Comissão Editorial

Jéssica Zaramella (Editora Chefe/PPGAS - UnB)

Wanderson Barbosa dos Santos (Editor Chefe/PPGSOL - UnB)

Alberto Luís Araújo Silva Filho (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)

Antônio Cecílio Barboni Júnior (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)

Barbara Marciano Marques (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

Flávio Borges Faria (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)

Ronypeterson Moraes Miranda (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)

Rudiney Ivo Lima dos Santos (Editor Executivo/PPGAS - UnB)

Salles Dimitri Melo Oliveira (Editor Executivo/PPGSOL - UnB)

Sergio Alejandro Dorfler Bustamante (Editor Executivo/PPGELA - UnB)

Will Pena (Editor Executivo/PPGAS - UnB)

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

Revisão

Bárbara Marciano Marques

Flávio Borges Faria

Rudiney Ivo Lima dos Santos

Salles Dimitri Melo Oliveira

Wanderson Barbosa dos Santos

Sergio Alejandro Dorfler Bustamante

Will Pena

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle

Diagramação

Flávio Borges Faria

Capa

Flávio Borges Faria

Rodrigo Santana Esperidião

Foto da capa

Beatriz Ferraz

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/revistapos>

E-mail: revistaposunb@gmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/RevistaPosUnb/>

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

Equipe Editorial:

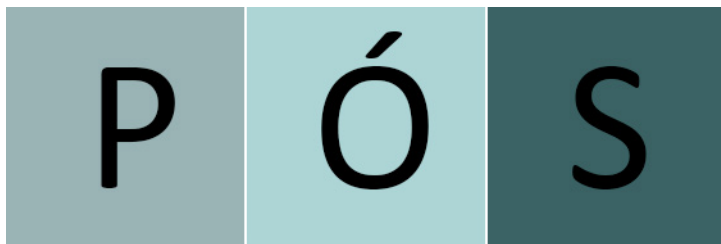
Jéssica Zaramella (Editora Chefe/PPGAS - UnB); Wandeson Barbosa dos Santos (Editor Chefe/PPGSOL - UnB); Alberto Luís Araújo Silva Filho (Editor Executivo/PPGSOL - UnB); Antônio Cecílio Barboni Júnior (Editor Executivo/PPGSOL - UnB); Barbara Marciano Marques (Editora Executiva/PPGAS - UnB); Flávio Borges Faria (Editor Executivo/PPGSOL - UnB); Ronypeterson Moraes Miranda (Editor Executivo/PPGSOL - UnB); Rudiney Ivo Lima dos Santos (Editor Executivo/PPGAS - UnB); Salles Dimitri Melo Oliveira (Editor Executivo/PPGSOL - UnB); Sergio Alejandro Dorfler Bustamante (Editor Executivo/PPGELA - UnB); Will Pena (Editor Executivo/PPGAS - UnB); Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle (Editora Executiva/PPGAS - UnB)

Conselho Consultivo:

Ana Cristina Braga Martes (Fundação Getúlio Vargas); Ana Maria Fernandes (Universidade de Brasília); Benício Viero Schimdt (Universidade de Brasília); Bárbara Freitag (Universidade de Brasília); Edson Farias (Universidade de Brasília); Ellen F. Woortmann (Universidade de Brasília); Gabriel Cohn (Universidade de São Paulo); Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago); Maria Lúcia Maciel (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Nádia Farage (Universidade Estadual de Campinas); Paulo César Borges Alves (Universidade Federal da Bahia); Renato Ortiz (Universidade Estadual de Campinas); Roque de Barros Laraia (Universidade de Brasília); Tales Andreassi (Fundação Getúlio Vargas); Vilma Figueiredo (Universidade de Brasília); Yanko Gonzalez Cangas (Universidad Austral de Chile)

Pareceristas:

André Secchieri Bailão – Doutorando em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP); Danilo Mariano Pereira Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Erika Viviane Costa Vieira – Doutora em Letras e Professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Igor Silva Figueiredo – Doutor em ciências sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Márcio Renato Teixeira Benevides – Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Maria do Rosário Silva Leite – Doutora em Letras e Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Número 2 | Volume 15

Volume 15, Número 2, Ano de 2020

Revista Pós - Número 2, Volume 15, Agosto de 2020

Sumário

Antropologia e colonialidade: breve antropologia de antropólogos/as da UFPE em seus ritos e experiências de aprendizagem • **8**

*Gabriel Ferreira de Brito
Hugo Menezes Neto*

“Bendito seja o fruto”: organização social e maternidade em Gilead • **43**

Beatriz Lima Ribeiro

Entre o jurídico e o material: flexibilização e precarização do trabalho terceirizado na universidade de Brasília • **74**

*Miguel Felipe Silveira dos Santos
Leonardo Uderman*

COOPER, Frederick. Citizenship, Inequality and Difference: Historical Perspectives. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018. • **108**

Iago Vinícius Santos Inacio

TONIOL, Rodrigo. Do Espírito na Saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil. São Paulo: LiberArs, 2018. • **113**

Amanda Bartolomeu Santos

RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (Orgs.). Políticas etnográficas do campo da moral. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018. • **120**

Ícaro Yure Freire de Andrade

P Ó S

Artigos

Antropologia e colonialidade: breve antropologia de antropólogos/as da UFPE em seus ritos e experiências de aprendizagem

Antropología y colonialidad: breve antropología de los antropólogos de la UFPE en sus ritos y experiencias de aprendizaje

Anthropology and coloniality: brief anthropology of UFPE anthropologists in their rites and learning experiences

*Gabriel Ferreira de Brito¹
Hugo Menezes Neto²*

Recebido em: 29/08/2019

Aceito em: 20/04/2020

Resumo

O objetivo deste trabalho foi investigar como a antropologia geraria mudanças de compreensão de discentes sobre a realidade. Realizamos observação participante durante seis meses em aulas de uma disciplina de pós-graduação em antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Os dados foram analisados a partir das contribuições de Bruno Latour e Mary Douglas. Como resultado, criamos um indicador chamado de efeito perceptivo que permitiu registrar alterações perceptivas toda vez que, durante as aulas, discentes ressignificavam suas experiências a partir das aulas.

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gabrielmop@hotmail.com.

2 Docente e vice-chefe do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM), e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. E-mail: hugonetto0@gmail.com

Palavras-chave: Colonialidade. Efeitos-perceptivos. Rotinas-percepção-experiência.

Abstract

The aim of this paper was to investigate as the anthropology generates changes of understanding about reality. We conducted participant observation for six months in classes of a postgraduate anthropology discipline of the Federal University of Pernambuco. The data were analyzed from the contributions of Bruno Latour and Mary Douglas. As a result, we creates an indicator called the *perceptual effect* that allows to record perceptual changes every time that students, during the class, re-signify their experiences.

Keywords: Coloniality. Perceptual-effects. Routines-perception-experience.

Resumen

El objetivo de este trabajo fue investigar cómo la antropología generaría cambios en la comprensión de la realidad por parte de los estudiantes. Realizamos observación participante durante seis meses em clases de una disciplina de antropología de posgrado em la Universidad Federal de Pernambuco. Los datos se analizaron a partir de las contribuciones de Bruno Latour y Mary Douglas. Como resultado, creamos un indicador llamado efecto perceptivo que nos permitió registrar los cambios perceptivos cada vez que los estudiantes durante la clase cambiaban el modo de expresar sus experiencias en el aula.

Palabras-clave: Colonialidad. Efectos-perceptivos. Rutinas-percepción-experience.

Introdução

Neste artigo, descrevemos os resultados de uma observação participante guiada pela seguinte pergunta investigativa: como identificar transformações na forma como discentes percebem sua própria realidade – e experiências - a partir de aulas de antropolo-

gia? Os resultados desta observação funcionaram como *piloto* para uma pesquisa em desenvolvimento e que também lida com antropólogos/as como informantes e nativos. Aliás, cabe esclarecer logo que tal teste foi desenvolvido “acidentalmente”. Conforme um autor deste artigo registrava dados de aula, ao mesmo tempo em que realizava pesquisas bibliográficas obrigatórias para sua pesquisa, percebeu que estava diante de um “encontro etnográfico” entre antropólogos (em formação) mediados por um professor antropólogo. A partir de então, ele conversou com colegas acerca do seu intento em realizar uma observação participante das aulas. O trabalho foi acolhido pelos discentes, tornando-se, inclusive, tema de piadas bem humoradas sobre “o que estava sendo registrado: tudo? Coisas de fora da aula? Saídas? Confraternizações?”, apontando para a aceitação da pesquisa pelos pesquisados.

Para análise teórica, nos inspiramos na Antropologia dos Modernos desenvolvida nas últimas três décadas por Bruno Latour (1994; 2019), e dialogamos com Mary Douglas (1976), principalmente na compreensão das categorias percepção, ritual e experiência. Não definimos, entretanto, a noção de percepção como um conceito, tampouco pretendendo fazê-lo com a de experiência, elas são suportes argumentativos para a reflexão do processo vivido e estudado. Ritual, por sua vez, merecerá atenção especial. Aproveitaremos para contrastar como rituais poderiam ser pensados como *scripts*, enquadramentos ou formatações. Isto é: investigando a experiência perceptiva de antropólogos/as nos ateremos à ação de ensino-aprendizagem em salas de aula e, nesse sentido, entendemos que a ação ocorre, em certa medida, ritualisticamente, de modo programado e convencionado, convertendo-se como resultado na mudança de um determinado entendimento sobre a antropologia direcionado pela hermenêutica do referido processo.

Metodologicamente, decidimos analisar dados coletados apenas via observação participante. Não realizamos entrevistas nem análise documental¹. Foram observadas 15 aulas de uma turma de 30 alunos, em um semestre letivo de um Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Tal observação gerou a produção de um caderno de campo com apontamentos sobre os temas das aulas e de que modo tais debates se convertiam em dados acerca da mudança de percepção esperada pelo processo de ensino-aprendizagem na antropologia.

Os resultados iniciais que encontramos nos levaram a uma reflexão sobre a participação da antropologia na constituição da nossa realidade ou de nosso mundo. Então se investigamos a aprendizagem antropológica caberia descrever como a rede de ação antropológica gera associações num ambiente específico e como tal rede se articula como *pensamento e ação* entre os/as envolvidos/as. Em outras palavras, ao investigar a antropologia “em construção”, conseguimos identificar seus critérios de valor, seu sentido ético próprio, e as formas pelas quais o “verdadeiro” e o “falso” são abordados toda vez que uma aula teve início.

Com estas questões em mente, dividimos nossa exposição do seguinte modo: na primeira parte, “Antropologia de antropólogos/as: lugar, papéis, scripts e rotinas”, descrevemos o modo de conceituar nossa análise e ao mesmo tempo descrevemos os dados que a subsidiaram; na segunda, “Como antropólogos/as constituem a realidade”, analisamos os dados com vistas a identificar como, na dinâmica das aulas, se tornou recorrente falar em posicionamento e colonialidade e, por isso, decidimos analisar especificamente esta temática; por último, “Antropólogos/as em construção”, chamamos *efeitos perceptivos* o modo pelo qual as aulas de antropologia modificam (e constituem) suas experiências

e perspectiva sobre a realidade (ou sua ontologia própria). Depois disso, sintetizamos os resultados nas “considerações finais”.

Antropologia de antropólogos/as: lugar, papéis, scriptse rotinas

Há pouco mais de duas décadas, um antropólogo brasileiro realizou uma pesquisa comparada sobre a aprendizagem antropológica no Brasil e nos EUA (LIMA, 1997). Foi curioso observar que o estudo de Lima, descrevendo aulas, escrita, relações docente-discente, estrangeiro-nativo, entre outras, parecia coincidir com as nossas próprias observações atualmente, vinte e dois anos depois. Lima (*op. cit.*), partindo de Clifford Geertz, define uma comunidade acadêmica da seguinte maneira:

[...] um grupo de pessoas que tem interesses próprios e mecanismos de relativa eficácia para inserir/excluir membros. Essa comunidade encontra-se inserida na sociedade mais ampla, e as pessoas que a ela pertencem decerto têm muito desse *ethos* social mais geral... (idem, p. 20. Grifos do autor).

Nós, contudo, não definimos nenhuma “comunidade” participante de nenhuma “sociedade” ou compartilhando de qualquer “*ethos*”. Levando a sério a Antropologia dos Modernos (LATOIR, 2019), definimos o mínimo possível em qual “realidade” estamos (isso seria necessário?), quais seres a constituiriam e como deveríamos repartir seus domínios ontológicos. Por isso, nós nos concentramos muito mais em descrever como a realidade de antropólogos se produz, do que em definir *a priori* um social ou uma realidade anterior a nossa pesquisa (Cf. Goldman (2015), sobre antropologia pós-social). O que significa que as aulas permitiram observar como nossos/as colegas percebiam os debates e autores/as da antropologia, agregando-os/as a seu “modelo” de

sociedade; ou os/as excluindo, por exemplo, por serem “colonialistas”. Mas antes de exemplos, vamos definir alguns conceitos.

Latour (2012), em sua abordagem mais sociológica, dizia que a ação se desenvolve em ambientes que foram estruturados previamente. Por exemplo, em nosso campo, a sala de aula principal, dentre as três salas de seminário, se encontra no 13º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), logo acima do departamento de Sociologia e dois andares abaixo do último. A sala tem dezenas de cadeiras, algumas quebradas, de material sintético e metal; tem um birô maior, para o ou a docente; por trás, um quadro de vidro funciona como lousa, acima dele, uma tela fica enrolada e pode ser aberta para apresentar as imagens projetadas por um projetor que fica quase no centro da sala, há poucos centímetros do birô, preso por um eixo de metal, ligado à corrente elétrica por fios alojados dentro de tubos escuros que também levam, por sua vez, ao ar-condicionado que normalmente “compete” com alunos e alunas devido aos seus ruídos altos. Ao mesmo tempo, o ar-condicionado “distribui” o modo como os discentes se acomodarão: normalmente quem chega mais cedo fica abaixo dele, pois ele esfria exageradamente o outro lado da sala, a lateral direita. Não é incomum levar agasalhos, casacos ou lenços para ir às aulas, mesmo que fora das salas a temperatura média gire entre 28 a 30º graus Celsius. A sala dispõe de uma TV que fica ao lado do quadro de vidro, tendo possivelmente 42”, fixada na parede, equipada com entrada HDMI e USB para conectar *notebooks*. Todo esse aparato normalmente fica inutilizado quando os três elevadores principais do prédio estão quebrados, pois as aulas acabam sendo realizadas nos andares mais baixos ou mesmo em outros prédios. Mas em um dia de aula normal, geralmente o que acontecia era: o docente entrava na sala dizendo, “meus amores, como

foi o final de semana? Gostaram do texto de [Marcel] Mauss? É um clássico, não é mesmo? É sempre interessante reler os textos e descobriremos coisas novas, não é?”, e, lentamente, *notebooks*, cadernos, marcadores, às vezes o projetor, eram acionados; os papéis de alunos/as e docentes eram assumidos numa sinergia, como se uma peça teatral tivesse início e a atmosfera tivesse mudado. Bom, todos esses objetos participantes da cena são chamados por Latour de *localizadores* (LATOUR, 2012). O termo “enquadramento” não é acidental: assumir os papéis nessa cena, com o perdão da metáfora teatral, é um enquadramento que viabiliza as interações locais.

Mas como é que podemos falar em papéis numa cena sem levar em conta os *scripts*? Como lidar com professores? Por que paramos a conversa e nos tornamos “alunos” se há alguns instantes estávamos falando sobre “conjuntura política” e “resistência”? O termo *script* também não é “acidental”. Latour (2019), em sua “versão” mais antropológica, concebe aos *scripts* o modelo básico de enquadramento da ação de actantes (atores humanos ou não humanos) que participam de qualquer tipo de organização. Latour concebe organizações como uma modalidade de existência própria (2019, passim). Assim, *scripts* são exatamente isso: eles definem como os papéis organizacionais devem/deveriam ser assumidos, sob pena de que a organização seja arruinada.

Agora lembremos dos localizadores: se os objetos estão dispostos em nossa cena, operantes. Existe uma cadeia de *scripts* acumulados em rotinas de trabalho que mantém a estrutura, a estrutura de funcionamento institucional. Vejamos outro exemplo: nessa turma de antropologia, poucos estudantes possuíam automóvel próprio. O meio de transporte mais comum era o transporte público e, para quem morava relativamente perto, bicicletas². Após chegar à universidade, tendo sorte em encontrar todos os *local-*

izadores em uso, certo estudante fuma um cigarro no corredor do 13º andar, “pega um vento” pelos cobogós e grades que fornecem uma visão panorâmica da cidade de Recife, e, logo em seguida, entra na sala de aula. Enquanto o docente fala de Mauss, ele tira seu casaco comprado numa viagem para Foz do Iguaçu, puxa seus blocos de notas comprados num estabelecimento mantido pela União nacional dos Estudantes (UNE) e presta atenção numa colega que descreve o conceito mausseriano de *fato social total*. Cada pessoa envolvida aqui, dos assessoristas restantes que cuidam do elevador, das funcionárias terceirizadas – normalmente são mulheres – responsáveis pela limpeza, aos professores concursados, todos e todas assumiram *scripts* de como devem se comportar; de que horas devem chegar; que horas a aula começa e que horas deve terminar; qual o tempo de intervalo; quem tem a chave da Copa para conseguir um café; com qual funcionário falar para conseguir um documento; etc. A burocracia e a organização geral, de fato, enquadram como as aulas devem ocorrer, o que se deve esperar, como as pessoas deveriam se comportar. De algum modo, os comportamentos estão dentro dos *scripts* e das rotinas.

É curioso, por outro lado, perceber que esse modo “natural” de agir é diferente conforme país, tal como dissera Lima ao tratar das diferenças de “formato” e “adestramento” nos EUA e no Brasil (LIMA, 1997). Mas esse é o momento para nos aproximarmos de Mary Douglas. Para a antropóloga,

O ritual não apenas ajuda a selecionar experiências para concentrar a atenção. Também é criativo quanto ao nível de desempenho. Pois um *símbolo exterior* pode ajudar na coordenação do cérebro e do corpo. As narrativas dos autores frequentemente relatam casos em que um símbolo material exprime poder efetivo: *o ator sabe seu papel, sabe exatamente como quer in-*

terpretá-lo... (DOUGLAS, 1976, 81. Grifos nossos).

Aceitamos a hipótese de Douglas, pois ela não distingue “nossos” rituais, seculares, de outros, religiosos. Ambos dependem de “símbolos externos” e relacionam cérebro e corpo. Além disso, as rotinas de salas de aula dependem, justamente, da cooperação de cada participante para os papéis sejam assumidos, interpretados. Não presenciei nenhum aluno assumindo o lugar de professor, questionando sua autoridade. Na verdade, em mais de uma ocasião, percebi alunos abrindo mão de sentarem-se ao birô para apresentarem seus seminários por consideraram aqueles localizadores como “símbolos de autoridade”. Ora, é exatamente como Douglas disse, os atores sabem exatamente como querem interpretar seus papéis. É preciso, contudo, certa cautela com essa aproximação com Douglas: sabemos muito bem que seus dados são interpretados de modo estrutural/funcionalista em “Pureza e Perigo (1976)”. Quando descrevemos localizadores, *scripts* e rotinas, estamos tentando realizar um movimento de aproximação com o modo como Douglas entende os rituais, pois ao fazê-lo, acreditamos que estejamos, de fato, levando a sério uma antropologia simétrica (LATOURETTE, 1994), buscando evidenciar como a nossa ciência e a nossa educação são envolvidas por instituições em que cada participante de algum modo relaciona suas práticas com totalidades de experiências comuns, cabendo então conseguir coletar essas experiências antropologicamente. Em outras palavras: estamos simetrizando as práticas de instituições e rituais seculares e religiosos, não distinguindo a princípio o que é natureza, o que é cultura, o que é imanente, o que é transcendente: ao olhar para as práticas, com Latour (2019), precisamos abrir mão de olhar para as estruturas, com Douglas (1976). Ganhamos, contudo, simetria entre “Modernos” e “não-modernos”.

Ainda neste íterim, é preciso dizer que Douglas entende um símbolo externo, ou material, como algo que será interpretado pelo ator. Todavia, cabe esclarecer que não separamos uma realidade linguística e simbólica de outra material, inerte, cuja linguagem dotaria de sentido e como se precisássemos colocar de um lado um ser (linguagem) e do outro lado, outro ser (material). Latour oferece uma interpretação alternativa para contornar esse tipo de dualidade. Vejamos:

A solução poderia se basear em uma distinção entre SENTIDO e SIGNO. Lembremo-nos que o EMPIRISMO radical, que inspirou James e que toda esta investigação pretende estender de maneira mais sistemática, retoma o fio da experiência relacionando as PREPOSIÇÕES ao que os segue e que eles não fazem mais do que anunciar, enunciar, remeter. Seguir a experiência, para o segundo empirismo, é então seguir o movimento que vai, por meio de um salto, de um HIATO, por uma minitranscendência, de uma preposição ao que essa preposição indica, prepara ou *designa*. O sentido, portanto, é a TRAJETÓRIA desenhada por um modo e que define tanto os predecessores e os sucessores de um curso de AÇÃO QUALQUER quanto as sinuosidades pelas quais se deve deslizar para persistir no ser... (LATOURE, 2019, p. 197. Grifos do autor)³.

A solução a qual Latour se refere é para o problema entre separar os seres da matéria e os da linguagem, como se os primeiros fossem “reais” e os segundos fossem apenas “pensamentos”. Assim, quando Douglas se referiu a “símbolos materiais”, podemos falar, à guisa de exemplo, no birô da sala de aula. Porém, não vemos menos “realidade” no pensamento; ele, na verdade, traz o que Latour chamou de “sentido” (em caixa-alta), a saber, “símbolos de autoridade”. Esta reflexão permite então identificar um sentido produzido por uma simples relação com o “birô da autoridade”, mas que, por outro lado, nos permite ob-

servar a oposição de nossos informantes à “autoridade”. Mais à frente isso será desenvolvido, mas aqui cabe destacar que o sentido dado para esta situação está relacionado à preposição que enuncia a pós-colonialidade como uma realidade experienciada e combatida pelos antropólogos e antropólogas. Nossa tarefa será, finalmente, seguir a trajetória entre as preposições e os debates em salas de aula, pois a ementa e os textos contidos nela serão debatidos por discentes e docentes dentro de uma preposição pós-colonial cujos sentidos serão designados por códigos específicos que funcionam como chaves interpretativas (autoridade etnográfica, dívida colonial, entre outros). Portanto, cabe descrever o mundo que os antropólogos e antropólogas estão criando em suas rotinas de aprendizagem, não encaixá-los em uma realidade transcendente que definimos como existente a priori (seja fenomenológica, estruturalista, semiótica, estratificada etc.).⁴

Como antropólogos/as constituem a realidade

Podemos agora avançar para o próximo ponto: a análise de uma aula de antropologia. Antes, precisamos dizer que os dados coletados correspondem às aulas do primeiro semestre letivo de 2019 e, para preservar o máximo possível a identidade de cada colega, optamos por não citar exatamente como as falas foram registradas em caderno, mas sim em como elas foram enquadradas em uma codificação posterior desenvolvida a partir da análise de dados. Por isso, cabe ainda dizer que os dados foram registrados a partir das observações da mesma cadeira/disciplina, mas que também não será especificada⁵. Diante da diversidade de assuntos e questões levantadas e buriladas em uma disciplina, escolhemos como pontos para a análise categorias e ideias oriundas de debates que se apresentaram na observação como recorrentes ao longo dos 15 encontros da disciplina, sendo elas

conectadas com novas discussões no campo da antropologia.

Chamamos um desses pontos de “Posicionamento”: uma categoria de códigos relacionados aos seguintes termos-chaves: lugar de fala, devolutiva, dívida colonial e autoridade etnográfica. Por volta de uma hora do início de uma aula, e passados os primeiros momentos de nervosismo e ansiedade dos discentes que se apresenta um dos textos, dos momentos de silêncio constrangedores diante de intervalos entre um tópico apresentado por algum seminarista e outro, surge uma fala, “deixar que o nativo fale”. Foi um professor quem disse e prossegue, “Davi Kopenawa, um exemplo para pensarmos”. E continua o docente “Temos uma dívida colonial... Gente, antropologia não termina no campo, existe um movimento de volta, de devolutiva”. Seguindo o tom deixado pelo professor, uma colega que chamarei de Mary diz, “A antropologia se funda pelo evolucionismo do século XIX”, o professor responde, “Eles não estavam preocupados com a ferida colonial”. Mas surge uma nota dissonante: “O nativo falava”, diz outro colega, que chamarei de James. Após sua intervenção ocorreu uma “pausa dramática”, mas James não desenvolveu muito sua interpretação. De modo um tanto condescendente o professor concorda, mas continua “A devolutiva não se resume ao produto final”. Com isso, entra em cena a ideia de que uma pesquisa antropológica precisa “devolver” algo para os/as nativos/nativas. Vê-se, assim, que existe uma expectativa para a prática antropológica em que se assume como pressuposto uma dívida colonial, tal qual entende e propõe o professor: atentar para a participação da Antropologia na produção da alteridade situada no encontro assimétrico de culturas e ontologias distintas; devolver à sociedade, entregar-lhe um produto que desconstrua preconceitos e estereótipos, que fale sobre o outro ao mesmo tempo que fale sobre nós, e que tenha força para

colaborar na desmobilização das hierarquias historicamente produzidas que engendram opressões, epistemicídios e genocídios.

É interessante pensar isso nos termos da teoria ator-rede. Latour (2019) considera a ciência como uma modalidade de experiência que estabelece *cadeias de referências* que são mantidas por *inscrições*. O que quer dizer que as experiências científicas são transformadas em literatura técnica, permitindo com que uma descoberta científica seja transportada entre *redes sociotécnicas* (LATOURE; WOOGAR, 1997; LATOUR, 1994). Uma ementa acadêmica, neste sentido, transporta as experiências antropológicas de outros lugares e/ou períodos para salas de aula. Neste sentido, uma aula rotineira transporta, por exemplo, as discussões de Marcel Mauss ou David Kopenawa para as salas de aula e, estudantes e docentes que assumiram seus *scripts*, interagem a partir destas experiências. Quando os termos “devolutiva”, “lugar de fala”, “autoridade etnográfica” e similares, surgem, podemos observar que novos ingredientes são misturados às experiências de Mauss ou Kopenawa. Assim, um novo sentido pode ser acionado para os mesmos textos lidos, como disse o docente, anteriormente (“É sempre interessante reler os textos e descobriremos coisas novas, não é?”).

Podemos então dizer que “Posicionamentos” são como *preposições* que estão circulando nas aulas do começo ao fim. Latour (2019) chama de *preposições* uma modalidade de existência que, quando “cruzada” com as *cadeias de referências*, permite-nos seguir nossos informantes/colaboradores/interlocutores em suas formas próprias de definir seus critérios de validação (“verificação” – Latour (2019)) sobre verdadeiro e falso, ao mesmo tempo em que nos permite distinguir o que é considerado bom e o que é considerado mau para este regime de práticas (Latour chama isso de condições de felicidade/infelicidade).

Observamos que as preposições que surgiram nos debates de várias aulas giram em torno do pagamento de uma “dívida colonial”, que seria uma das formas de repensar o conhecimento antropológico, criticando sua história, para superá-la, e identificando o seu legado, quando é possível perceber resquícios “de um passado”. Quando observamos a ementa, vemos que ela chega às aulas como uma *cadeia de referências* chega a um laboratório e é integrada às experiências locais realizadas por cientistas. No entanto, quando Mauss, Kopenawa ou um Gilberto Freyre foram transportados, nossos *experts* rapidamente os encadearam a uma *preposição* que define o modo como a antropologia “de hoje” (2019) define o que é uma “má antropologia” do que é uma “boa antropologia”. Não se trata, aqui, de uma questão de “objetividade”: os atores envolvidos, no calor dos debates, não estavam questionando a confiabilidade dos dados, mas sim seu viés axiológico: o lugar de fala dos nativos foi garantido? Houve devolutiva? A dívida colonial foi paga? Por isso, parece que ao seguir a rede de textos citada no exemplo e cruzá-la com a *preposição* “posicionamento”, nos deparamos com um resultado inesperado: encontramos os valores morais dos antropólogos e antropólogas. O que significa que seus critérios de felicidade giram em torno de “ser ou não ser” pós-colonial⁶.

Por outro lado, enquanto os critérios de verificação? Para esclarecer melhor o uso deste termo, lembremos que Latour (2019) defende uma tese baseada em uma multiplicidade ontológica que, no caso dos Modernos, definiria como o mundo atual comporta diferentes modalidades de existências (modos de existência) que, no entanto, confundem as categorias de validação de um modo pelo outro. Assim, por exemplo, no Direito, com suas próprias regras, nos enganamos quando decidimos utilizar regras de outra esfera para avaliar um caso. Ou seja: o regime de provas de

um modo de existência não deve ser confundido com o de outro. A religião, por exemplo, pode ser vista como existindo à parte da Ciência, mas quando queremos analisar provas da existência de Deus nos termos da Ciência, obviamente que estaremos confundindo categorias de “ontologias” distintas. A questão que nos deparamos, então, é qual regime de provas é particular à antropologia? Nossa hipótese é a seguinte: durante os debates em sala de aula, os atores confundiam, ou propositalmente associavam, os critérios das cadeias de referências científicas com as *preposições pós-colonialistas*, que seria a “boa antropologia”.

O efeito dessas associações (ou confusões) é a tendência em acreditar que o conhecimento antropológico só é válido quando ele é regido pelas provas científicas ao mesmo tempo em que atende aos requisitos valorativos projetados por novos debates no campo acerca da alteridade e da construção do outro. Como toda regra, contudo, há exceções. Ainda na mesma aula mencionada antes, um discente que chamaremos de Bryan comentava Gilberto Freyre e dizia que era necessário “resgatar o que há de útil em Freyre”. O mesmo aconteceu antes, quando James disse que “o nativo falava”. Ambos discentes estão negando uma narrativa única sobre a *preposição pós-colonial*.

Outra hipótese para respondermos nossa questão sobre os modos de verificação da antropologia seria de que o reconhecimento de um lugar de fala específico para todos e todas as/os cientistas antropólogos e antropólogas, embora não seja um debate novo, exige desses discentes o trabalho direto com a “subjetividade”. O pesquisador ou pesquisadora é confrontada/acompanhada a pessoa/cidadã/sujeito de direitos/atores do campo. Aprendem tecendo a crítica, na atividade hermenêutica, à ausência do lugar de fala nos textos conhecidos como clássicos da nossa ciência, a

necessidade de *se posicionarem* por uma questão científica relacionada à produção de um trabalho antropológico nos moldes contemporâneos, bem como para evitarem que suas ações cotidianas e suas produções acadêmicas sejam criticadas pelos mesmos motivos. Por isso, a Antropologia parece pressupor seu padrão de cientificidade como dependente de valores morais, ou das moralidades valorizadas pelo campo, explícitos e compartilhados por seus pares. Aqui o paralelo entre a Antropologia com o Direito é inegável: primeiro precisamos entender e, de certo modo, aceitar a preposição de uma dívida colonial, depois devemos produzir provas e evidências “objetivas” sobre a colonialidade para que possamos “evitar” críticas e “pagar a dívida”.

Dentro destes termos, por fim, atendemos aos critérios de veridicção: verdadeiro é o que evidencia a existência da dívida, falso é o que a omite; verdadeiro é o que expõe a subjetividade; falso é o que a omite da Ciência. Cruzando essas *preposições* com as *cadeias de referências* (antropológicas), percebemos que a ementa e os *scripts* fazem parte das aulas, mas não a determinam, sendo a “subjetividade” ou, melhor, a “interpretação valorativa”, agenciadora da atividade hermenêutica.

Seria a Antropologia, então, uma área tão, digamos, subjetiva? Tanto para não dizer o óbvio, como para escavar um pouco mais a fundo a percepção de nossos intérpretes, o debate epistemológico sobre a cientificidade da disciplina antropológica parece continuar refém de debates que aceitam o que Latour chama de “bifurcação” Sujeito/Objeto e Subjetivo/Objetivo. Caso consigamos demonstrar isso, chegaremos a outro resultado: os efeitos que buscamos coletar da percepção de agentes devem ser direcionados para como a antropologia é devedora da incorporação da ciência nas práticas de nossos agentes. Aliás, de uma ciência específica, inadvertidamente

crítica da perspectiva cartesiana e positivista, mas ainda assim sem conseguir abandonar a referida bifurcação (Sujeito/Objeto) definitivamente, visto a recorrência em que se observou em sala debates sobre objetividade e subjetividade, como demonstraremos a seguir.

Durante outra aula, cujo mote inicial era a bruxaria entre os Azande, baseado no trabalho de Evans Pritchard, diversos/as discentes deram exemplos de “crendices”, superstição, misticismo e “crenças” que trazem de suas experiências pessoais. Rapidamente termos e expressões como benzadeiras, espiritismo, livramento, azar, “não era a hora dele”, entre outras, foram levantados pelos estudantes universitários/as. Seu esforço, louvável porque num esforço ético, seguiu o caminho aberto pelo docente que conseguiu convencê-los de que, neste caso, os Azande e a sua bruxaria – como exemplos de povos “não civilizados” estudados pela antropologia no seu passado – possuíam sua própria lógica, e que para eles, “bruxaria era um dado natural”. Portanto, o docente levava seus e suas discentes para um mesmo nível, mostrando como “nós” e “eles” temos a nossa lógica, mas também temos a nossa “superstição” operando, pois haveria sempre espaço para ela.

Com certeza seria injusto não trazer um exemplo. Um estudante aparentando ter entre vinte e cinco e trinta anos relatou um fato interessante. Ele disse ter assistido pela internet uma experiência em que pesquisadores, por meio de certas tecnologias, analisaram recipientes com água que foram expostos às vozes humanas. Segundo o aluno, foi possível ver como tais palavras provocavam movimentos calmos ou tempestuosos “na forma da água”. O docente vibrou, “nossa, isso é verdade mesmo?!”. Em seguida, falando sobre “água fluidificada”, uma estudante dizia que essa água –água que recebe “passes” (passa por um pequeno rito com praticantes iniciados do espiritismo-

mo) – foi levada para um laboratório científico e foi comprovado que a água possuía características diferentes das normais (o que, novamente, deixou o professor com expressão de surpresa).

Ora, num momento éramos tão supersticiosos quanto os Azande; noutro acreditamos na ciência sem hesitar. Mas ainda assim, estaríamos sendo injustos com nossos colegas, pois em seguida a conversa caminhou para essa relação entre o resultado dessa estranha combinação entre ciência e misticismo. A impressão diante da conversa foi que a ciência “ratificava” o que a crença apenas supunha. Todavia, não se trata de, como pode ter parecido, desacreditar os atores. Mas antes, trazer a “divisão moderna” (LATOUR, 1994) percebida em suas ações verbais, entendendo, inclusive, a dificuldade de desconstruir a força do pensamento científico como formulador de verdades e validador de experiências tradicionais que ainda atravessa a atividade hermenêutica antropológica tecida nas aulas e no processo formativo acadêmico.

Quando, num primeiro momento, busca-se “simetria” e equivalência, não contraste com os Azande, então colocamos crença e lógica ou razão lado a lado; quando no segundo momento, em nossa “sociedade”, nossas próprias crenças são legitimadas pela (nossa) ciência, remontamos inadvertidamente a divisão moderna. E é aqui onde acreditamos que tenha aparecido não a contradição, mais o paradoxo mais interessante: se nossos informantes, da antropologia, concordam que temos “crenças” e “superstições” e se os Azande não têm como provar suas crenças, então, em nosso caso, temos uma vantagem – nossas crenças passaram a ser comprovadas cientificamente. Eis a descoberta que nos chamou mais atenção entre esses antropólogos/as em diálogo: até o momento, vimos que eles e elas eram céticos/as quanto à ciência e a sua “objetividade”, sua “neutralidade” legada do positivismo. Para essa

área de estudos, como vimos, existiria uma *preposição* sobre uma *dívida colonial* a ser paga com “devolutivas”, com abertura de “lugares de fala”, e que uma ciência que ignora a dimensão “subjéti-va” na construção do conhecimento estaria produzindo uma falsa ciência. Porém, quando num esforço ético tentamos nos aproximar desse “outro”, destes “nativos colonizados”, revelamos nossas semelhanças: temos crenças e superstições do mesmo modo que eles. Mas melhor ainda, a ciência comprova certas crenças por meio de experimentos. Uma hora somos “modernos” e críticos, noutra somos crentes e supersticiosos fascinados com como moléculas de água podem ser modificadas pela voz humana ou por passes espíritas. Eis o que Latour chama de erros de categoria: trocamos os critérios de veridicção de um modo de existência pelo de outro.

Antropólogos/as em construção

Até o momento, só conseguimos responder nossa pergunta inicial na negativa. O que significa que não foi possível observar uma mudança de percepção antropológica específica da realidade com base em dados provenientes apenas da observação. Foi possível identificar consensos interessantes: primeiro sobre a *preposição pós-colonial* e a crítica à (suposta) neutralidade científica; depois sobre nossa crença na objetividade científica quando ela servia para nos aproximar dos Azande e outros povos explorados pela antropologia colonialista. Agora, tentaremos um último movimento: trazer dados que evidenciem efeitos de alteração perceptiva elementares, mas ainda assim observáveis empiricamente. Para isso, voltamos à Mary Douglas. Vejamos:

Assim, o ritual focaliza a atenção por *enquadramento*: ele anima a memória e liga o presente com o passado relevante. Em tudo isto, ajuda a percepção. Ou melhor, muda a percepção porque muda os princípios seletivos [...] Mas,

na verdade, o ritual não desempenha este papel secundário. Pode vir, primeiro, *formulando a experiência*. Pode permitir o conhecimento de algo que, de outra maneira, não seria conhecido. Não exterioriza simplesmente a experiência, trazendo-a para a luz do dia, *mas modifica a experiência, expressando-a...* (DOUGLAS, 1976, p. 82. Grifos nossos).

Douglas, na passagem acima, está estabelecendo uma relação entre a memória individual de uma pessoa com um ritual realizado entre várias pessoas. Ela nos diz que essa relação entre pessoas “enquadra” a atenção, ajudando ou modificando a percepção. Além disso, ele, o ritual, formula a experiência; ele permite o conhecimento sobre algo que, “de outra maneira, não seria conhecido”. Ora, o que não seria conhecido se não fosse, no nosso caso, a partir da disciplina antropológica e em aulas desta área? Esta questão não pode ser subestimada: quando um aluno (ver exemplos à frente) diz que não havia percebido a questão da “devolutiva antropológica” ao ir ao campo, ou quando outro compara o ritual trobriandês com o nosso “amigo secreto” de confraternizações de final de ano (à frente), estamos diante de uma situação peculiar: em primeiro lugar, temos pessoas (alunos/as) em salas de aula debatendo sobre temas antropológicos (a partir de uma ementa que condensa diversas *inscrições* (LATOUR, 2019) produzidas noutros lugares e noutros momentos) e, finalmente, estão colocando suas próprias experiências (memória) em reflexão a partir destas aulas. Estes exemplos demonstram a relação entre as práticas antropológicas com as aulas, com o debate e com as memórias individuais. O resultado produzido pela interação aponta para uma alteração não da percepção (substantivo), mas uma alteração do modo de perceber (verbo) acontecimentos, nestes exemplos, já ocorridos, sob uma nova lente, cuja prerrogativa é observar este “estoque” de situações antropológicamente (ad-

vérbio)⁷. É por isso que concordamos com Douglas ao dizer que o ritual modifica a experiência. Na verdade, ele modifica não o que aconteceu, mas o modo como percebemos e entendemos o que aconteceu. Esta experiência, por outro lado, não é particular à antropologia. Fazemos isso o tempo todo. Num relacionamento amoroso ou na amizade (repensando atos e atitudes nossas e de nossos/as parceiros/as, amigos e amigas), no entendimento sobre debates políticos ou não (conforme recebemos novas informações ou apenas nos abrimos para novas experiências), em relações diversas de aprendizado e educação, em relações entre pais e filhos, parentes, no processo de socialização, entre outros. Um ótimo exemplo para esta questão pode ser aquela experiência comum de estarmos diante de um livro que já lemos diversas vezes, mas que decidimos ler novamente e, assim, percebemos coisas que antes não havíamos percebido ou entendido do mesmo modo.

Por outro lado, é necessário distinguir o modo como encaramos estas experiências do modo como Douglas o fez. Concordar com sua interpretação sobre o ritual não pode nos fazer perder de vista que estamos analisando a experiência a partir da ação, não da estrutura. Então podemos nos perguntar: levando em conta os argumentos que até agora apresentamos sobre rituais, percepção e experiência a partir de Douglas, como podemos abordá-los a partir de um *curso de ação*? E de qual tipo de ação? Diremos que estamos diante de uma *trajetória*, de um *sentido* de ação muito específico. A experiência antropológica exhibe, no caso observado, um *sentido* compartilhado pelos informantes, conforme determinadas *preposições* (LATOURET, 2019). No entanto, este sentido não é como uma “coisa em si” ou como um modelo dado *a priori* – como o modelo weberiano de ação – e imutável. Muito pelo contrário. O que é observado é um discurso sobre antropolo-

gia e colonialidade, em que experiências distintas (transportadas pelas ementas ou aquelas pessoais) são enquadradas em algum *juízo de valor* que estabelece os critérios sob os quais elas devem ser analisadas. Desse modo, estamos diante de uma produção, de uma construção perceptiva (se preferirem: de uma *performance*). Vejamos abaixo como isso pode ser observado em salas de aula.

Numa determinada aula, um estudante ora chamado de Dick, relatou que ao ler o texto previsto para aquela ocasião e sobre “trocas de presentes” – ou o circuito *Kula* tal como ele foi descrito por Malinowski –, percebeu que em sua pesquisa anterior, lembrou de uma experiência que passara, mas que ele não havia percebido como algo importante antropologicamente. Dick dizia que uma interlocutora do campo recorrentemente o oferecia um produto feito e vendido por ela, e ele não demonstrava interesse. Apenas quando finalmente aceitou o presente é que ele foi aceito no campo e passou a tê-la como interlocutora. Ele não percebera, à época, sobre essa relação entre o fazer antropológico e a relação de “devolutiva” com o “campo”. Apesar de não ter uma associação direta com a troca de presentes, Dick resgatava o debate sobre dívida colonial e experiência de campo.

Foi neste mesmo sentido da experiência de Dick que Demóstenes lembrou sobre uma experiência de campo bastante curiosa: ele disse que chegou a campo e seus informantes estavam comendo pão com mortadela, “eu senti e comecei a comer com eles na boa”. Depois de risos bem humorados, pois se trata de uma experiência local popular, de baixo custo, Demóstenes enfatizou a “devolutiva” de se deixar à disposição de seus interlocutores para auxiliar, como *expert*, na confecção de projetos culturais. O que o auxiliou na execução de sua pesquisa.

Porém, Foi somente numa terceira fala que Jason, outro

discente, falou sobre o tema específico da aula, a troca de presentes: “amigos secretos que têm dessas coisas...”, Demóstenes então disse, “vamos passar um trechinho de ‘Uma estranha no exterior’, da série *The Big Bang Theory*, sobre troca de presentes”. Resultado: ao falar sobre o circuito *Kula*, tivemos em nosso exemplo dois casos iniciais: Dick lembrou da devolutiva de campo; Demóstenes lembrou de uma refeição, mas lembrou também do compromisso que firmou com seus nativos e nativas. Os dois comentários seguintes foram de Demóstenes novamente, que exibiu um trecho de uma série em que se observa uma “troca de presentes” de modo a aproximá-la do circuito *Kula*; já Jason comparou seu “amigo secreto” com o *Kula*. A pergunta que fica é se os diferentes comentários reorganizam a experiência de nossos colegas ou não. Dos exemplos mencionados, seja para reforçar um argumento, seja para compará-lo, há indícios de uma reconfiguração da memória diante da rotina de aprendizagem. Em caso afirmativo, diríamos então que estamos diante de um *efeito perceptivo*, já que a experiência, registrada como memória, foi, em alguns casos, retomada antropologicamente. O que poderia ser uma experiência comum, como ser abordado por vendedores ambulantes, tornou-se uma experiência antropológica, no caso de Dick. Já no caso de Jason, diante das experiências de Malinowski, ele “acessou” sua própria memória, tendo como parâmetro nosso ritual de “amigo secreto”: assim ele pôde assemelhar suas experiências com as de Malinowski entre trobriandeses.

Alguém poderia se perguntar: “ora, mas o que diferencia ter uma experiência antropologicamente de uma não antropológica?”. Dick não teria compreendido que a relação antropológica com o campo valoriza a chamada “devolutiva”, seja como recurso estratégico de conseguir o que deseja – fazer uma pesquisa -; seja para

pagar uma “dívida colonial”. Demóstenes colocou suas habilidades técnicas como redator de projetos para editais a serviço de seus interlocutores do mesmo modo. Jason passou a enxergar o costume de confraternização chamado “amigo secreto” – tão comum aqui em Recife, para não falar Brasil – com o circuito *kula*, o que sugere perceber a pequena confraternização como algo semelhante ao costume praticado por nativos de ilhas ao longo da costa da Nova Guiné, milhares de quilômetros de distância da cidade de Recife.

Os exemplos mencionados servem para subsidiar o argumento de que a antropologia - via ementa e discussão em sala de aula – traz novos elementos que auxiliam no processo de produção de um novo *sentido* para lidar com nossa própria memória. O que há de específico na antropologia é que ela “aproxima” diferentes lugares por meio da ementa e por meio da troca de experiências em salas de aula. Mais ainda, o que é próprio da antropologia ensinada hoje em dia, ao menos no lugar e no momento dessa pesquisa, é essa preocupação constante com uma atitude reflexiva cuja prática antropológica é entendida dentro de uma *retomada pós-colonialista* da própria, digamos, instituição antropológica. A realidade de um antropólogo ou antropóloga, portanto, está constantemente produzindo efeitos perceptivos sobre ele/ela e aos seus interlocutores, a diferença é que nem sempre o interlocutor ou a interlocutora que oferece um presente para um jovem cientista social entende a realidade do mesmo modo que ele (Dick não se dava conta da devolutiva no passado), o que não significa que a experiência antropológica da colonialidade possa ser encarada como apenas uma “ficção persuasiva” da realidade.

Por um lado, é claro, não se pode estabelecer uma cadeia de referência sem uma *narrativa* povoada por seres que só podem vir da ficção. Como falar das galáxias distantes, das partículas de matéria, das elevações montanhosas,

dos vales, dos vírus, do DNA ou dos ribossomos sem ter à disposição *personagens* suscetíveis de *experimentar* aventuras? São todos seres de papel e de palavras que é preciso lançar no mundo como pombos-correio. Cada artigo científico, cada narrativa de expedição, cada investigação está povoada de histórias experimentadas por esses seres que sempre parecem saídos da imaginação desenfreada de seus autores e que passam por provas ao lado das quais os chamados filmes de “aventura” parecem carecer completamente de suspense. Como muito bem notaram Deleuze e Guatarri, nenhuma ciência é possível, e principalmente nenhuma abstrata, sem povoar o mundo com esses pequenos seres capazes de ir a todos os lugares, de chegar a todos os lugares, de ver e sofrer as mais terríveis provações, *no lugar* do pesquisador prisioneiro de corpo que permanece imóvel em seu laboratório. É a esses *delegados* que, desde o século XVII, pelo menos, foi confiada a tarefa de viajar por todos os lugares. (LATOURE, 2019, p. 209. Grifos do autor).

Falar em ficção e ciência é sempre uma questão delicada, se não polêmica. Porém, ao estabelecer a paridade entre esses “campos”, Latour está nos dizendo que “palavras”, idiografias, entre outras formas de transportar “seres” de um lugar para outros são modalidades de *inscrições literais*, na medida em que não são (nem sempre) os próprios seres que viajam de um lugar para outro nestas inscrições, mas as informações sobre tais seres, sejam elas fotografias microscópicas de cianobactérias, seja o RNA do vírus Zika, ou a tradução de testemunhos indígenas sobre as “lendas” do Corupira brasileiro. O que está em foco é que a ciência, diferente da ficção literária, estabelece cadeias de referência como redes de artigos que se ligam umas às outras e nos permitam “transportar”, por exemplo, o conhecimento produzido em Uganda, em 1947, sobre o vírus Zika (DINIZ, 2016); ou as traduções de José de Anchieta sobre certas “forças lá, fora e antes dos textos”

sobre o Corupira, como nos diz Alexandro Silva de Jesus (JESUS, 2019, *passim*)⁸. Com essas referências, podemos nos conectar com diferentes locais e com diferentes descobertas e, caso possuamos recursos e credenciais, quem sabe se não podemos, com nossos próprios olhos, presenciar, nós mesmos, essas experiências (entrar num laboratório de entomologia para observar como o vírus Zika é associado aos mosquitos *Aedes aegypti* ou *Culex quinquefasciatus*, por exemplo (BRITO, 2020)). Como podemos observar, seguindo Latour, agora, é que quando chegamos a sala de aula, a antropologia possui uma cadeia de referências própria, particular, na qual ou nas quais a rede de conhecimento circula.

A colonialidade, portanto, não é “mera ficção”, como o Corupira de Monteiro Lobato *figurado* como literatura infantil em programas como o Sítio do Pica-Pau Amarelo exibido por anos a fio pela Rede Globo de Televisão. Ao contrário, colonialidade, tal como o Corupira resgatado por Jesus (2019) tem a ver com a experiência de um período, de uma memória que, sob novas lentes e sob uma hermenêutica nova, produz o efeito de compreendermos de modo diferente aquilo que, anteriormente, não poderia ser percebido de tal modo. Falando desse processo entre signo e mundo, Latour diz:

[...] Em suma, os seres SE ENUNCIAM, e é por isso que, de quando em quando, somos capazes de falar em verdade de algo, desde que o tentemos várias vezes. Se a língua natural é retomada para retomar o mundo, é porque o mundo *se retomou e ainda se retoma* várias vezes para persistir no ser [...] (LATOUR, 2019, p. 214. Grifos do autor).

A colonialidade tomada como uma preposição permitiu-nos observar o modo pelo qual antropólogos e antropólogas em salas de aula estão retomando a própria experiência antropológica e a reconstruindo a partir de sua própria hermenêutica

e práticas de pesquisa. A ação observada, então, aponta para um hiato entre o debate em sala de aula com a ementa. Nossos interlocutores e interlocutoras lêem textos antropológicos clássicos e contemporâneos; eles e elas ora reformulam suas experiências, vendo-as a partir de uma percepção antropológica que pode ir se incorporando ao modo como se vêem no mundo; o docente, neste caso, medeia a relação entre ementa e discentes; os debates também retomam criticamente a literatura (inscrições) antropológica, desta vez buscando uma realidade anteriormente não evidente: a de uma colonialidade que configurava relações de poder entre antropólogo e campo. O que não deve ser feito, agora, é repetir as mesmas práticas desta antropologia colonialista.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos identificar e descrever o que chamamos de efeitos perceptivos provocados por aulas de antropologia sobre alunos e alunas de antropologia em aulas de pós-graduação em antropologia na UFPE. Observamos 15 aulas do primeiro semestre letivo de 2019, as quais eram frequentadas em média por 30 participantes. A partir da observação participante (o autor principal era também aluno), e a partir de uma interlocução com Bruno Latour e Mary Douglas, nos concentramos na relação entre percepção, rotinas (rituais) de aprendizagem e experiência.

Na primeira parte do artigo, descrevemos os recursos heurísticos em que abordáramos nossos dados. Em primeiro lugar, foi necessário definir o que aproveitaríamos de Douglas, tendo em vista que sua abordagem ainda permanecia ligada ao kantismo durkheimiano e ao estrutural funcionalismo. Com isso nos posicionamos de modo a nos concentrar numa antropologia das práticas e da ação como foco. Para seguir a ação, por sua vez, era necessário

estabelecer o tipo de ação ao qual recorreríamos. Negando abordagens clássicas que tipificam a ação, decidimos seguir com Latour, e, assim, escolhemos observar preposições que definiam os sentidos da ação e cujas trajetórias nós tentaríamos identificar. O resultado foi correlacionar alunos/as, ambiente (salas de aula) e ementa (inscrições). Dissemos que a relação entre alunos e professores, neste caso, segue *scripts*; segundo: os professores medeiam a hermenêutica dos textos da ementa; discentes demonstram posicionamentos críticos sobre a ementa e, desse modo, a ementa que enquadra a literatura antropológica é retomada sobre novas preposições, neste caso, a partir de um sentido pós-colonialista que ressignifica-a, produzindo, com efeito, um novo modo de perceber a relação que nossos próprios interlocutores mantêm com a antropologia. Resultado: a percepção com que os antropólogos e antropólogas observam antropologicamente a realidade nos diz bastante sobre como eles e elas desejam construir um mundo em comum, a saber, um mundo não-colonialista (“pós-, des-” ou “decolonial”).

Por fim, o que concluímos é que a experiência antropológica em salas de aula vincula textos (informações) com a percepção, sendo o sentido com que tais textos são interpretados disputados por um debate que, por sua vez, vincula o conteúdo temático da discussão a uma realidade evanescente – do debate –, mas sólida o suficiente para definir horizontes e alocar pessoas, textos e a antropologia em zonas ou domínios específicos (colonial, pós-colonial)⁹.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Thiago. **A fenomenologia da distinção humana: Scheler e o projeto da antropologia filosófica**. Síntese, v. 43, n 132, 61-80, 2015. Disponível em: <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/3030>. Acesso: 15 jan 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2016.

BRITO, Gabriel Ferreira de. **Zika vírus: uma pesquisa sobre a participação da Fundação Oswaldo Cruz no combate à epidemia de Zika**. 2019. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Sociologia) 109 f. UFPE, Recife.

DINIZ, Débora. **Zika: do Sertão Nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

GONZÁLEZ-ABRISKETA, Olatz; CARRO-RIPALDA, Susana. **La apertura ontológica de la antropología contemporánea**. Revista de Dialectología y tradiciones populares, v. I.XXI, n. 1, pp. 101-128, enero-junio 2016. Disponível em: <http://dra.revistas.csic.es/index.php/dra/article/view/504>. Acesso: 15 jan 2020.

GOLDMAN, Márcio. **“Quinhentos anos de contato”: por uma teoria etnográfica da (contra) mestiçagem**. In: Mana, 21 (30), 641-659, 2015. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p641>>. Acesso: 26 jun 2019.

JAMES, William. **Pragmatismo e outros textos**. Tradução Jorge Caetano da Silva, Pablo Rubén Mariconda. São Paulo, Abril Cultural, 1979. Os pensadores.

JESUS, Alexandro Silva de. **Corupira: mau encontro, tradução e dívida colonial**. Recife, Titivillus, 2019. 144 páginas.

LAPOUJADE, David. **William James, a construção da experiência**. São Paulo, n-1 edições, 2017.

LATOUR, Bruno.; WOOGAR, Steve. **A vida de laboratório: a**

produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro, RelumeDamará, 1997.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência: uma antropologia dos modernos.** Tradução Alexandre Agabiti Fernandez, Petrópolis, RJ, Vozes, 2019. Coleção Antropologia.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica.** Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

_____. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Salvador, EDUFBA, 2012; BAURU, São Paulo, 2012.

LIMA, Roberto Kant de. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós.** 2 Ed. Niterói, EDUFF, 1997. Coleção antropologia e ciência política.

PIERRI, Flávio Vinícius. **Passagens socioantropológicas: uma etnografia encarnada nos ônibus recifenses.** 2019. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Sociologia) 166 f. UFPE, Recife.

PINHO, Thiago de Araújo. **Descentrando a linguagem: Deleuze, Latour e a terceira revolução copernicana na sociologia.** Feira de Santana, Editora Zarte, 2018.

SANTOS, Gilton Mendes dos; DIAS JR, Carlos Machado. **Ciência da floresta: por uma antropologia no plural, simétrica e cruzada.** Revista de antropologia, São Paulo, USP, v. 52, n. 1, p. 137-160, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27333>. Acesso: 15 jan 2020.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação, 1º tomo / Arthur Schopenhauer**, tradução, apre-

sentação, notas e índices de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCIRÉ, Cláudia. **Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo**. Plural, Rev. do programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 93-109, 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/75210>>. Acesso: 7 nov. 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. **A invenção colonial das línguas da América**. Alfa: revista de lingüística (São José do Rio Preto), São Paulo, v 60, n 1, p. 11-28, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1>. Acesso: 15 jan 2020.

SOUZA, Iara Maria de Almeida. **A noção de ontologias múltiplas e suas consequências políticas**. Ilha, v. 17, n. 2, p. 49-73, ago/dez, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n2p49>. Acesso: 15 jan 2020.

Notas:

1. Citamos esse tipo específico de método devido a sua importância para estudos de artefatos e com os quais pretendemos dialogar futuramente (Cf. SCIRÉ, 2009): neste caso, poderíamos pensar em bibliografias – e os textos que as compõem – como artefatos. No entanto, os resultados deste artigo partiriam de uma pesquisa exploratória. Cabe ainda dizer que sentimos, no momento da escrita, a falta das entrevistas, pois poderiam fornecer um quadro diacrônico, histórico, das trajetórias dos e das informantes, o que situaria a percepção numa escala temporal que, apenas com os dados da observação, não foi possível desenvolver.

2. Para uma interessante etnografia de estudantes universitários/as e transporte público no Recife, ver Flávio Vinicius Pierre (2019).

3. William James classifica seu empirismo como radical, um segundo tipo de empirismo, para se distinguir do empirismo “clássico” ou do defendido por David Hume (Cf. JAMES, 1979). Na interpretação jamesiana, a experiência ocorre em fluxos de relações experienciáveis e demonstráveis, reais, portanto, e haveria sempre *conjunções* entre elas que não deveriam ser colocadas de lado em face de *disjunções*, como defenderiam outros filósofos, como Hume (id. p. 188). Sobre fluxos e experiência em James, ver Lapoujade (2017).

4. Uma introdução bastante pertinente para essa relação entre transcendência e imanência na fenomenologia e na “linguagem” até a chamada 3ª revolução copernicana advogada pelo sociólogo Thiago Pinho a respeito das mudanças promovidas pela obra de Gilles Deleuze e, posteriormente, Bruno Latour, podem ser encontradas em Pinho (2018). Todavia, lembramos que o debate existencialista sobre transcendência e imanência como justificativas de existência (*a existência precede a essência*, em Sartre), já podia ser encontrado em *O Segundo Sexo*, de Beauvoir (2016 [1959], p. 26):[...] A perspectiva que adotamos é a da moral *existencialista*. Todo sujeito coloca-se concretamente através de projetos como uma *transcendência*; só alcança sua liberdade pela sua constante superação em vista de outras liberdades; não há outra *justificação da existência* presente senão sua expansão para um futuro indefinidamente aberto. *Cada vez que a transcendência cai na imanência*, há degradação da existência em “em si”, da liberdade em facticidade; essa queda é uma falha moral, se consentida pelo sujeito [...]”. Se em Beauvoir a transcendência é personificada pela visão masculina sobre a visão feminina, antropólogos/as têm na colonialidade esse “estoque” transcendente para justificar sua existência. Sobre a relação entre a dívida colonial desde o século XVI até as traduções antropológicas sobre o caso do Corupira no Brasil, ver Jesus (2019).

5. Agradecemos os comentários e críticas dos/das pareceristas. Decidimos optar por uma exposição das falas de modo mais ficcional, no sentido de narrar, a partir de dados, de fato, registrados, como falas e debates, cenas “típicas” de sala de aula. Também tentamos deixar ao máximo os contrastes e não suprimir opiniões para não produzir uma narrativa “monofônica”.

6. Precisamos deixar claro que a pesquisa não se pretendeu representativa. Além disso, trata-se de uma pesquisa exploratória: acreditamos que seu contributo resida nesses *insights* que poderiam ser aprofundados via entrevistas e com novas pesquisas em diferentes universidades.

7. Um paralelo com a filosofia pode ser utilizado aqui para demarcar uma distinção entre uma filosofia comum ao sujeito transcendente, kantiano, e sua desconsideração da experiência no tocante ao entendimento. Arthur Schopenhauer (2005), filósofo alemão da tradição romântica do século XIX, criticava a filosofia kantiana, apesar de louvá-la, por esse desprezo da experiência no entendimento. Todavia, do racionalismo alemão para o empirismo radical estadunidense de William James, que aqui seguimos via Latour, há um hiato considerável. Antropologicamente, todavia, dar ênfase à experiência, indicando esses pontos de inflexão presentes na tradição filosófica continental parece oportuno, haja vista que atualmente o debate sobre virada ontológica demarca uma oposição entre uma presença kantiana via Durkheim, e aqui via Douglas, no coração da antropologia social britânica, e outra tradição, antikantiana, via Latour. Mais ainda, o paralelo com a filosofia é ainda mais importante por nos fazer lembrar que o tema da ontologia, tão caro à disciplina antropológica (Cf. SOUZA, 2015; GONZÁLEZ-ABRISKETA; CARRO-RIPALDA, 2016), não é novidade alguma: no

início do século XX, Max Scheler já havia enfatizado o papel da antropologia na filosofia, defendendo uma divisão do trabalho que parece ter antecipado a “virada ontológica” em quase um século; apesar de denominar tal projeto de uma antropologia filosófica da essência humana e cujo intento era distinguir o que era “ser humano” em relação à natureza (AQUINO, 2015). O filósofo Thiago Aquino (2015) nos lembra que essa relação entre antropologia, ciências humanas e uma busca por uma essência do ser são tributárias da modernidade europeia e da filosofia de Immanuel Kant. Este processo de modernidade, segundo Latour, também foi responsável por “suprimir” Deus do que ele chamou de A Constituição dos Modernos (LATOURE, 1994). Em outras palavras: a filosofia e as ciências humanas substituíram a transcendência judaico-cristã do pensamento ocidental acadêmico e, a partir de então, a jovem antropologia tem se encarregado de estudar *representações* de sujeitos sobre a criação (cosmogonias, cosmologias, mitologias etc.) em diferentes lugares e, atualmente, tem desenvolvido uma preocupação com como nesses lugares as pessoas têm produzido ontologias próprias, a despeito da “tradição” modernizadora, humanista, e de sua busca por uma essência humana universal/universalizante (aliás, uma questão irresistível para a antropologia seria pensar se os nativos “exóticos” da antropologia não fazem exatamente o mesmo conosco, “antropólogos e antropólogas”. O que talvez nos ajude a não cair num maniqueísmo simplista segundo o qual nós, e apenas nós, traduziríamos o outro em nossos próprios termos (Cf. o artigo “Ciência da floresta: Por uma antropologia no plural, simétrica e cruzada” de Santos e Dias Jr (2009)).

8. Alexandre Silva de Jesus, historiador e sociólogo, recentemente (2019) realizou uma investigação sobre as diferentes traduções do “corupira” durante os séculos XVI e XIX por parte de europeus

(colonizadores) e, posteriormente, pela antropologia brasileira pós-colonial (em sentido histórico). O “truque” da análise de Jesus foi selecionar o material de análise, dentre fontes primárias e secundárias, em certo momento dialogando com o perspectivismo ameríndio de Eduardo Viveiros de Castro – mas sempre tendo por trás um diálogo com a filosofia de Jacques Derrida -, e demonstrar que no processo de tradução, haveria certa perda de experiência; ao mesmo tempo, existiria a implementação do que ele chamou de uma dívida colonial. Dito de outro modo: quando um jesuíta traduzia a palavra Corupira por “Demônio”, não apenas ocorria a perda de certas experiências de *lá, fora e antes dos textos* (antes da tradução), como também ocorreria a implementação sub-reptícia de uma *dívida* decorrente do processo de tradução, haja vista que a (arqui-)língua do jesuíta seria a única capaz de falar corretamente sobre *o ser – ontologia religiosa* que, por sua vez, ao traduzir a linguagem (e experiências) nativa (s), da colônia, garantia o direito de salvação das almas selvagens por meio da *palavra* (cristã). O livro não se resume à tradução religiosa, mas também à naturalista, à antropológica e à museológica. Para uma interpretação alternativa sobre a relação entre línguas e colonização a de Jesus, ver Severo (2016).

9. É aqui que se abre a possibilidade de diálogo com a sociologia pragmática de Francis Chateaufrenaud de um lado; e da pragmática linguística de Osvald Ducrot de outro. Deleuze e Guatarri são influenciados pelo segundo e influenciam o primeiro, ao mesmo tempo em que nosso principal interlocutor, Latour, também sofre influência de Deleuze e Guatarri. O que significa que estamos dentro de um horizonte hermenêutico que se complementa, compartilhando pressupostos metateóricos, a saber, pós-transcendentais e pragmatistas.

“Bendito seja o fruto”: organização social e maternidade em Gilead

“Bendito sea el fruto”: organización social y maternidade en Gilead

“Blessed be the fruit”: social organization and maternity in Gilead

Beatriz Lima Ribeiro¹

Recebido em: 12/08/2019

Aceito em: 30/05/2020

Resumo:

O presente artigo pretende refletir sobre conceitos da teoria de parentesco e suas implicações a partir da distopia criada por Margaret Atwood no livro *O conto da Aia*. Com a análise da sociedade altamente hierarquizada de Gilead, pode-se pensar sobre os termos da teoria de parentesco e os desafios que foram postos ao longo da história da disciplina. O papel das mulheres, funcionalmente marcado nesta sociedade, questiona também o lugar que a maternidade ocupa na sociedade ocidental. Afim de ampliar a análise desses papéis e o entendimento do “ser mulher” nesse universo também me utilizo do recurso narrativo audiovisual da série de TV, inspirada pelo livro, e produzida pela rede de *streaming* Hulu.

Palavras-chave: Parentesco. Gênero. Maternidade. Literatura.

Resumen:

Este artículo intenta reflexionar sobre los conceptos de la teoría del parentesco y sus implicaciones de la distopía creada por Margaret Atwood

¹Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). E-mail: beatrizlimaribeiro@gmail.com;

en el libro *The Handmaid's Tale*. Desde la sociedad altamente jerárquica de Gilead, uno puede pensar en los términos de la teoría del parentesco y los desafíos que se han planteado a lo largo de la historia de la disciplina. El papel de la mujer, funcionalmente marcado en esta sociedad, también cuestiona el lugar que juega la maternidad en la sociedad occidental. Para ampliar el análisis de estos roles y la comprensión de “ser mujer” en este universo, también utilizo el recurso narrativo audiovisual de la serie de televisión, inspirada en el libro, y producida por la red de *streaming* Hulu.

Palabras-clave: Parentesco. Género. Maternidad. Literatura.

Abstract:

This article intends to reflect on concepts of kinship theory and its implications from the dystopia created by Maragaret Atwood in the book *The Handmaid's Tale*. From Gilead's highly hierarchical society, one can think about the terms of kinship theory and the challenges that have been posed throughout the history of the discipline. The role of women, functionally marked in this society, also questions the place that motherhood occupies in Western society. In order to expand the analysis of these roles and the understanding of “being a woman” in this universe, I also use the audiovisual narrativa resource of the TV series, inspired by the book, and produced by the streaming network Hulu.

*Vendo, pois, Raquel que não dava filhos a Jacó,
teve Raquel inveja da sua irmã, e disse a Jacó:
Dá-me filhos, ou senão eu morro.
Então se acendeu a ira de Jacó contra Raquel e disse:
Estou eu no lugar de Deus, que te impediu
o fruto de teu ventre?
E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bila;
Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos,
E eu, assim, receba filhos por ela.
-Gênesis, 30:1-3*

Assim como este trabalho, o livro *O conto da Aia* é iniciado com o versículo do Gênesis 30:1-3, presente no Antigo Testamento: “e eu, assim, receba filhos por ela”. O fato de Raquel não dar filhos a Jacó a torna infeliz e incompetente enquanto mulher, na sua posição em fazer vingar “o fruto em seu ventre”. Jacó culpa Raquel pela incapacidade do casal de gerar filhos, já que Jacó, como homem, seria a imagem de Deus. Ao afirmar “eu estou no lugar de Deus”, o marido se coloca como onipotente e exímio de falhas torpes da espécie humana. A culpa é de Raquel, que ascende a ira de Jacó ao implorar-lhe por um filho; assim como foi culpa de Eva a perdição do homem pela maçã e sua saída do paraíso. Como solução para sua culpa, Raquel oferece sua criada Bila para que Jacó a engravide e, assim, possa cuidar dos filhos de sua criada com seu marido como se fossem seus. Em Gênesis 30:1-3 está o princípio da sociedade idealizada por Margaret Atwood, autora da obra, e serve de inspiração e justifi-

cativa para o ritual elementar que ocorreria dentro das famílias de elite de Gilead, universo ficcional da história. Nessa perspectiva, este trabalho focará numa análise da estrutura familiar de Gilead, com base nas teorias de parentesco desenvolvidas pela antropologia. Com o auxílio narrativo e imagético da série de TV inspirada pelo livro, também mergulharemos nesta história através deste outro recurso artístico afim de incrementar a análise de uma história que muito nos diz sobre nosso próprio mundo¹.

“O conto da Aia” ou “The Handmaid’s Tale”, em seu título original, se passa num futuro distópico na região dos Estados Unidos, América do Norte. O contexto histórico por trás da vida atual dos personagens consiste numa guerra civil fomentada por grupos extremistas cristãos. O Estado democrático estadunidense é derrubado, dando lugar a uma teocracia baseada nos preceitos do Antigo Testamento. A nova República de Gilead é instalada e com ela uma nova organização social é estabelecida, com medidas disciplinadoras por parte desse Estado teocrático. Com o poder de um Estado centralizador, o manejo populacional é realizado em castas na qual cada uma teria um objetivo na missão de inverter uma crise mundial dentro deste universo: o baixo nível de natalidade e a suposta esterilidade de muitas mulheres pelo mundo. Diante dessa crise, a culpa é colocada nas mulheres e na sua crescente infertilidade causada por hábitos característicos da “modernidade”. A presença de mulheres no mercado de trabalho e postos de poder associados ao masculino estaria desfocando as mulheres de seu objetivo: a maternidade. Perante a “escassez” de mulheres férteis e, conseqüentemente crianças, ambas se transformam em bens caros a essa sociedade, e a elas são atribuídas fortes categorias valorativas. É a partir desse cenário que a crise se acentua e culmina na formação da República de Gilead.

Após a formação desta nova república, o grupo religioso no poder reorganiza a estrutura social da antiga sociedade norte americana, onde as mulheres são funcionalizadas dentro das famílias de elite de Gilead. Não só entre as mulheres, mas todos os integrantes da sociedade são classificados, identificados e caracterizados de acordo com sua função na estrutura social da comunidade. Aqueles no centro do poder seriam os comandantes, homens que governam Gilead e encabeçaram o golpe de Estado teocrata. Assim como Margaret Atwood nos apresenta no início de seu livro com a passagem do Gênesis, a organização social dessa sociedade é voltada para os preceitos bíblicos do Antigo Testamento e, mais especificamente, ligadas a um protestantismo radical. No núcleo familiar de elite deste universo, o comandante é o chefe da família e em sua casa há mulheres para servi-lo e a Deus. Líder no seio familiar e no seio da sociedade.

No espaço temporal em que a história transita, os personagens encontram-se em um momento de mudanças de paradigma, com o fim da guerra civil e o período transitório entre a realidade anterior e o novo tipo de organização social consequente da guerra. Todos os presentes na república de Gilead teriam vivenciado o Estado norte americano anterior, e o clima tenso de guerra ainda reinaria. De caráter autoritário e ditatorial, toda rua de Gilead é vigiada, assim como seus moradores, vivendo em constante tensão e desconfiança. Ao longo da leitura, o clima tenso e a compreensão dos acontecimentos são repassados pelos olhos de June, uma mulher com função de *Aia* e pertencente à casa do comandante Fred e sua esposa Serena. Logo descobrimos que June é um produto escasso e de valor, mulher fértil, e é isso que lhe dá o título de *Aia*. Juntamente a outras como ela, sua condição e, conseqüentemente, função são representadas pelo constante e restrito uso de vestes vermelhas.

Na narrativa descrita no versículo do Gênesis, June seria aquele terceiro ente invisível, mas essencial, na história de Jacó e Raquel: a criada Bila. Sua invisibilidade é constantemente reafirmada nesse universo, com sua identidade reduzida à condição “fértil”, ao vermelho. Assim, seu nome é retirado e é renomeada com o nome Offred (numa tradução literal: “De Fred”), ou seja, é serva ao comandante, ser masculino em semelhança à imagem de Deus, enquanto tem a função de engravidar de seu comandante e dar um filho a ele e a sua esposa. Ela é um dos entes necessários para o funcionamento da engrenagem familiar de Gilead.

Dentro desta engrenagem, outras parcelas da população feminina têm papel diferenciado, mas essencial. As *Esposas* são mulheres casadas com os comandantes da elite de Gilead e, por definição, seriam inférteis. Assim como as demais *Esposas*, Serena sempre utiliza roupas de cor azul-esverdeada e sua função para o bom funcionamento estrutural da família seria o de administradora do lar, tal como o cuidado da casa e de seus serventes. Há o destaque para um terceiro grupo de mulheres do grupo doméstico, as chamadas *Marthas*. Sempre vestidas de bege, sua tarefa é a realização dos trabalhos domésticos. Por último, há o grupo das *Tias*, sempre de roupas marrom, é responsável por “evangelizar” as *Aias*, “cuidar” de sua fertilidade e assisti-las durante o período de gravidez. As mulheres, nas suas diferenças, são separadas, categorizadas e fortemente representadas por uma cor afim de marcar imagetivamente suas diferenças de status. Entretanto, pela sua igualdade de sexo, todas são igualmente proibidas de ler, escrever e, mesmo as *Esposas*, de realizar qualquer função que não esteja ligada à domesticidade e à maternidade.

As separações desses arquétipos femininos, sua compartimentalização grupal e funcional, seria uma expressão das com-

preensões socioculturais dessa sociedade em torno do entendimento do que é “ser mulher”. Neste universo, este entendimento estaria diretamente associado ao caráter biológico do corpo feminino, que engravida e dá a vida. Nicholson (2000) realiza uma análise das concepções sociais sobre sexo e gênero nas sociedades ocidentais, apontando como os aspectos essenciais do gênero seriam causa de “fatos da biologia”, dominante em sociedades industrializadas². A autora destaca como o “biológico foi assumido como base sobre a qual os significados culturais são constituídos” (NICHOLSON, 2000, p.11). Dentro da distopia de Atwood, a tradição de pensamento euroamericana está presente e, portanto, faz parte do desenvolvimento semiótico e prático da construção sobre o gênero no mundo ocidental. Ainda de acordo com Nicholson (2000), houve uma tendência de foco na materialidade do *eu* a partir do século XVIII, ou seja, no entendimento do corpo como uma fonte de conhecimento sobre o *self*. Esse processo significou a elaboração e a explicação de distinções previamente existentes através de novos termos e meios. A distinção entre o masculino e o feminino³ já existia, mas o crescimento da metafísica materialista teria transformado o sentido das características físicas como marca de distinção entre o masculino e o feminino³. Para além disso, mudanças sociais congruentes com o aparecimento da metafísica materialista também suscitaram uma diferenciação cada vez mais dual entre o masculino e o feminino, como a separação entre a esfera pública e privada. Nesse sentido, a formação das sociedades regidas por um estado moderno e a separação da esfera pública como, totalmente masculina e administrativa da sociedade, desencadeou a concentração dos domínios da vida social nas mãos dos homens (SEGATO, 1998, p.7)

Antes desse período, as diferenças e o relacionamento entre

homens e mulheres, na sociedade ocidental, tomavam como fonte de autoridade textos como a *Bíblia* ou outros ligados à antiguidade, o corpo em si não era tido como fonte dessa distinção (NICHOLSON, 2000). O corpo passa a se tornar autoridade representante da natureza e, por isso, “assumiu o papel de ‘voz’ da natureza [...], o corpo tinha que ‘falar’ essa distinção” (NICHOLSON, 2000, p.21) de forma que passa a constituir a ideia de uma “identidade sexual”, o eu masculino e o eu feminino enraizados num corpo precisamente diferenciado. Esse fundamentalismo biológico basearia a construção binária e determinista do pensamento ocidental no mundo, transformando características femininas ou masculinas (construídas socialmente) como essencialidades naturais.

Em Gilead, as separações e representações entre o feminino e o masculino acabam por assumir uma característica híbrida. Ao mesmo tempo que as relações sociais impostas e os papéis sociais atribuídos têm base nos textos do Antigo Testamento, a condição de infertilidade e baixa natalidade também associa esses papéis à condição biológica entre homens e mulheres. A *Bíblia* fomentaria a noção de diferença entre homens e mulheres a partir de seu status diferenciado – hierarquicamente –, ao mesmo tempo que a biologia (o corpo) atribuiria a naturalização das funções sociais impostas naquele mundo. Esse caráter biológico acaba também por justificar a suposta universalidade da categoria mulher neste mundo em torno das proibições e repressões postas a elas. Ou seja, a universalidade de seu status biológico justificaria as sanções sociais impostas às mulheres. O caráter binário do pensamento ocidental se expressaria nesse mundo também através da separação total entre a esfera pública e privada, em que tudo que é relacionado ao público, ao masculino, é negado às mulheres, como a possibilidade de ler e escrever, significando um monopólio masculino do capital

intelectual. Dentro do desenvolvimento do sistema capitalista (da qual os EUA e Gilead fazem parte), a identidade sexual se torna um suporte às funções do trabalho, transformando o gênero não só em um caráter puramente cultural, mas também que pode ser enxergado como parte das relações de classe (FEDERICI, 2017). Assim, exacerbada em Gilead, a feminilidade seria construída como uma função trabalho “sob o disfarce de um destino biológico”, focalizada especificamente no grupo de *Aias* (FEDERICI, 2017, p.31).

Entretanto, o problema primordial desse universo, a dita esterilidade das mulheres, traz desafios e suscitou estratégias para encaixar o que agora significaria “ser mulher”. A suposta condição única do corpo feminino, engravidar e ter filhos, agora não pode ser a associação total a esse feminino. Portanto, foi necessária a separação funcionalista das mulheres nos diferentes arquétipos socioculturais da mulher. O “ser mulher” é naturalizado através dos papéis sociais atribuídos a elas, construídos culturalmente na tradição ocidental. Portanto, nesse mundo, “ser mulher” é ser mãe, dona de casa (*Esposa*), servente (*Martha*) e receptáculo biológico (*Aias*). Dessa forma, o gênero continua sendo diretamente relacionado ao sexo biológico na medida que representa os símbolos relacionais (entre homem e mulher) nessa estrutura social. Tal estrutura é “mais das instituições que dos sujeitos sociais que por elas transitam; que faz parte antes do mapa cognitivo com que esses sujeitos operam do que de um identidade estável supostamente inerente à sua constituição” (SEGATO, 1998, p.11). A interpretação dos símbolos anatômicos faz parte da construção histórica e social de uma cultura, na relação entre seus indivíduos.

Ainda, há um elemento deste mundo que reafirma a universalidade do “ser mulher”, e une as separações arquetípicas dentro de um ritual doméstico e institucionalizado. A chama-

da *Cerimônia* constitui-se enquanto ritual na medida que atesta e eleva os papéis sociais caros à sociedade teocrática, reafirmando esses papéis e exaltando suas diferenças. Baseado no provérbio do *Gênesis*, tal ritual representaria o ato de Raquel ao oferecer uma criada ao marido com o objetivo de consumir uma criança. No universo de Atwood, todo o grupo doméstico comporia a *Cerimônia*, novamente cada um com sua função, com foco no comandante, sua esposa e na *Aia*. Em primeira pessoa, June (ou Offred) descreve momentos preparatórios da *Cerimônia*:

Eu espero que as pessoas pertencentes à casa se reúnam. *Pertences da casa*: é isso que somos. O comandante é o chefe, o dono da casa. A casa é o que ele possui. Para possuir e manter sob controle até que a morte nos separe [...]. Cora entra primeiro, depois Rita, esfregando as mãos no avental [...], todos eles precisam estar aqui, a *Cerimônia* o exige [...]. Rita faz uma carranca para mim antes de entrar e assumir sua posição de pé atrás de mim. É minha culpa, esse desperdício de seu tempo. Não minha, mas de meu corpo, se houver uma diferença (ATWOOD, 2017, p.99)⁴.

Na composição deste cenário todos os “pertences” da casa estariam presentes em pé e somente a *Aia* sentada de joelhos à espera do comandante e sua esposa. Após o posicionamento das *Marthas* e da *Aia*, chega a esposa, que espera o bater do comandante à porta, “O bater é prescrito: presume-se que ele deva pedir permissão para entrar” (ATWOOD, 2017, p.106). Todos completamente vestidos, a esposa deve sentar-se na cama, a *Aia* coloca a cabeça em seu colo e lhe oferece as mãos para que a esposa as segure. June esclarece a razão de tais movimentações quando descreve: “Meus braços estão levantados; ela segura minhas mãos, cada uma das minhas numa das dela. Isso deveria significar que somos da mesma carne, um mesmo ser. O que

realmente significa é que ela está no controle do processo e portanto do produto. Se houver algum.” (Atwood, 2017, p. 115).

O *Gênesis* 30:1-3 é professado pelo comandante e ele deve penetrar a *Aia* e ejacular. A Cerimônia, assim, coloca-se como um momento ritualizado, “não é recreação, nem mesmo para o Comandante. Isto é trabalho sério. O Comandante também está cumprindo seu dever” (ATWOOD, 2017, p.116). O caráter ritual da cerimônia é, portanto, acentuado pelo “dever moral” socialmente cultuado nessa sociedade e reafirmado pelos detentores do poder político e religioso. Ou seja, o ritual tem a função de exacerbar e confirmar os valores compartilhados. O nascimento de uma criança seria o último passo para a completa formação de um núcleo familiar e, portanto, para o próprio funcionamento de uma sociedade temente à Deus. “Bendito seja o fruto”, ou seja, o fruto da cerimônia, uma criança, é a frase final que fecha o ritual atestando seu objetivo primordial.

Seus líderes e suas mulheres seriam aqueles mais dignos de constituir tal família. As mulheres dos comandantes, inférteis, são dignas pois se inclinam à vontade divina de tomar a maternidade enquanto um espelho de quem são. A culpa posta às mulheres pela crise de natalidade se relacionaria à negação de sua vocação natural à maternidade; é o lugar de pecadoras, antinaturais, “eram mulheres preguiçosas, eram mulheres vagabundas” (ATWOOD, 2017, p.138). A recusa à maternidade pelo ser feminino seria um pecado original nessa nova sociedade, onde todos são culpabilizados pelas inclinações não divinas desse ser. Ou seja, as mulheres teriam um caráter bestial, selvagem e avesso à razão: eram preguiçosas porque não cumprem seu trabalho, sua missão.

O sentimento de claustrofobia que a narrativa de June nos passa em palavras foi também repassada através da série de televisão⁵ produzida pela rede de *streaming* norte-americana *Hulu*,

lançada em 2017. A série expande o universo trazendo para o espaço audiovisual outros elementos que enriquecem a experiência enquanto leitor e espectador. Na sua produção, o clima do universo de Atwood é construído por meio de cortes de câmera, enquadramentos de imagem e utilização das cores. Parte da vida de June na sua sobrevivência diária, bem como nos seus pequenos atos de resistência dentro do regime, são representados através de outros mecanismos artísticos para a experiência audiovisual. No livro, somente nos é narrado o momento presente do um governo teocrático. Na série, por outro lado, são apresentados alguns *flashbacks* da transição de um mundo pré-Gilead para essa nova constituição social. Novamente através do olhar de June, conhecemos seu marido e sua filha, de quem foi separada pelas forças do governo teocrático. Uma das poucas mulheres ainda férteis nesse universo, June é raptada junto a outras com sua condição quando o novo regime é instaurado. Num processo de transição para se tornar *Aias*, essas mulheres são doutrinadas seguindo os preceitos teocráticos através das *Tias*. Elas são evangelizadas antes de serem direcionadas à casa dos comandantes a partir de leituras do Velho Testamento, sendo ensinadas a não falar, a serem obedientes, a serem gratas pelo milagre de sua condição e a se contentar com seu novo papel. “Somos úteros de duas pernas, apenas isso: receptáculos sagrados, cálices ambulantes” (ATWOOD, 2017, p.165).

O livro, como a série, sendo contados a partir da perspectiva de June, navegamos neste mundo através de seus pensamentos, em reflexões da personagem do que não se pode expressar oralmente, emocionalmente ou corporalmente. O contar da história através das telas de TV se utiliza de estratégias estéticas e de direção para repassar a sensação de um ambiente repressivo, onde mulheres, especialmente as *Aias*, tem sua identidade completamente anula-

da. Parte da vestimenta desse arquétipo feminino, além do clássico vermelho, é um tipo de capuz branco que limita sua visão periférica. Sempre de cabeça baixa, o capuz serve para lembrar-lhes sua posição de subordinação. A diretora da primeira temporada da série, Reed Morano, maneja esse elemento vestuário para compor o clima de tensão e confinamento de June em sua própria mente, já que em Gilead seu corpo é somente "Offred". Na série televisiva, muitos dos cortes de câmera são feitos diretamente no rosto de June, interpretada pela atriz Elizabeth Moss, e suas emoções são expressas de outras formas que não o diálogo. Nisso a linguagem audiovisual se anuncia: os *close-ups* claustrofóbicos da câmera nos fazem lembrar que tais mulheres estão presas em Gilead, assim como na construção do corte de imagem. Alguns desses cortes, colocam-nas nos cantos de cada *frame* representando sua posição marginal; e outros, onde a câmera de cima, focaliza as personagens acentuando sua falta de poder nesse universo. Destacando o caráter repressor a todas as mulheres, e não só às *Aias*, as cenas em que Serena aparece também a colocam em posição marginal e de subalternidade. Mesmo sendo parte de um dos mais poderosos núcleos de Gilead, ainda é mulher, ainda representa um arquétipo do feminino, sem poder ou decisão formal naquela estrutura.

A história, tanto como leitores ou expectadores, é envolvente e traz questões inúmeras para aqueles que a assistem, narrando um mundo radicalizado, mas que representa valores já existentes na sociedade estadunidense, e talvez digamos a ocidental. Dessa forma, trouxe parte dos elementos da obra afim de pensarmos sobre estrutura social e o funcionamento do grupo doméstico de Gilead, com foco na imagética construída sobre as mulheres na formação do parentesco.

Estrutura social de Gilead

A obra de Margaret Atwood se expande para outras searas, principalmente quando olhamos a escolha narrativa da autora na construção da história. O fato de eu-lírico ser uma das mulheres do grupo mais silenciado e reduzido desse universo, resgata sua individualidade retirada pela própria organização social de Gilead. Assim, traz a nuance de um mundo que busca ser rígido e perfeito em suas regras, onde todos agiriam de acordo com as funções estabelecidas dentro da estrutura. A construção social de Gilead, na formação dessa nova nação, foi construída por aqueles que encabeçaram a tomada do poder por um viés teocrático. Constrói-se idealmente uma sociedade onde todos tomariam seus papéis em coerência, em que se coloca em evidência e importância as relações sociais para que a estrutura funcione de forma coesa. A noção de individualidade é reprimida dando lugar à ideia de “bem maior”. Podemos associar essa ideia à teoria de estrutura social e função social cunhada por Radcliffe-Brown (2013) nos estudos sobre organização de sociedades. Para o autor, o idioma do parentesco, com os estudos das relações de conjugalidade e filiação seriam uma ferramenta analítica e teórica profícua ao entendimento da organização social. A “teoria da descendência” desenvolvida por ele vê a família elementar como o átomo do parentesco e o seio da família como o lugar de reprodução dos valores e papéis sociais.

A idealização dos papéis a serem cumpridos em Gilead por seus habitantes seria, assim, essencial para manter o equilíbrio daquela sociedade, com suas incongruências sendo colocadas em segundo plano, não tendo espaço num regime totalitário como o teocrático. Para Radcliffe-Brown, na sua noção de equilíbrio estrutural, as incongruências também são esquecidas na análise, dando foco à estabilidade das relações. O autor entende que a

forma da estrutura sempre continuaria a mesma, mas o sistema seria dinâmico, atualizando-se dentro de sua unidade mais básica, a relação diádica entre pessoas. Essa ideia é presente essencialmente entre o grupo de *Aias*, visto que sua existência é somente percebida em relação a sua funcionalidade dentro do sistema. Quando uma *Aia* vai para a casa de um comandante ela se torna dele, ao exemplo de June, Offred (De Fred); entretanto, antes de June havia uma outra Offred, e depois dela também haverá outra. Ou seja, a estrutura se mantém, mas se atualiza dentro da relação diádica, mantendo sua mesma funcionalidade. Da mesma forma, as *Marthas*, *Tias* e *Esposas* são elementos fixos desse sistema, tendo uma função fixa e podendo ser substituídas pelos homens, sem um (suposto) desequilíbrio desse mundo.

Como já posto, tanto no livro quanto na série, essas mulheres são associadas a uma cor e a um arquétipo comumente ligados ao feminino. As *Aias* com sua função de engravidar, utilizam a cor vermelha, que representa a fertilidade e o sangue menstrual, bem como a luxúria; o milagre da vida e o pecado. A cor vermelha pode ser associada, assim, com personagens bíblicos pecaminosos como Maria Madalena. Ao mesmo tempo, a narrativa colocada perante as *Aias*, na evangelização feita pelas *Tias*, acentua o caráter sacrificial de sua posição. Sua individualidade é retirada e toda sua identidade é colocada enquanto grupal, perdendo seu nome e se tornando de seus comandantes, literalmente. As narrativas construídas pelas *Tias*, portanto, partem da importância do sacrifício que estão fazendo ao mesmo tempo que negam aquele mundo anterior pecaminoso, numa comparação entre os dois mundos:

Agora andamos pela rua, aos pares de vermelho e nenhum homem grita obscenidades para nós, fala conosco, toca em nós, ninguém assobia (ATWOOD, 2017, p.36).

Existe mais de um tipo de liberdade, dizia Tia Lydia. Liberdade de e liberdade para, a faculdade de fazer ou não fazer qualquer coisa, e liberdade de; que significa estar livre de alguma coisa. Nos tempos de anarquia, era liberdade para. Agora a vocês está sendo concedida a liberdade de (ATWOOD, 2017, p.36).

Somente as *Aias* perdem seu nome por completo, as outras integrantes mulheres do grupo doméstico de Gilead mantém seus nomes, mas suas funções também são marcadas. As *Esposas*, nos seus trajes azul-esverdeados são colocadas em contraste com o vermelho de Maria Madalena. Sua cor representa a pureza, a maternidade da Virgem Maria, ao mesmo tempo que coloca-as de forma assexuada, reduzidas a um estado virginal. O reforço da centralidade do papel materno, coloca a mãe como símbolo de abnegação, uma maternidade sacralizada. O vermelho e o azul-esverdeado contrastam claramente um com o outro, apontando como o sistema intencionalmente busca colocar esses grupos de mulheres como opostas. Esse vermelho também suscita uma identificação da sexualidade feminina com a bestialidade, a *Aia* representando esse caráter sexual da mulher, e a esposa, o ideário de pureza e santificação.

As *Marthas*, mulheres solteiras, não casadas e inférteis cabe o uso do bege, que promove sua mistura ao ambiente. São serventes que pertencem ao lugar do invisível. As *Tias*, por outro lado, são masculinizadas, e sua função, como a semelhante de um capitão do mato, serve para ensinar e amaciar outras mulheres para dentro do sistema. A utilização da cor marrom é remanescente de vestimentas militares, representando disciplina e autoritarismo. As *Tias* são, neste papel masculinizado, as únicas que podem ler, escrever e estabelecer relações outras que não as do doméstico. Assim, se unirmos todas as mulheres (em exceção das *Tias*) num

mesmo espectro estão separadas pelas funções esperadas de uma mulher na sua totalidade: amante, mãe, cuidadora do lar; a puta, a virgem e a serviçal. A série televisiva mostra constantemente o que no livro fica mais subentendido: as tensões e conflitos entre esses diferentes grupos de mulheres. Na distopia de Atwood, a tensão e quebra do sexismo “original” estado unidense é consequência da suposta nova condição biológica das mulheres. Assim como elabora Callaway (2016), o controle patriarcal e a misoginia em Gilead são atualizados com o fortalecimento de uma rede matriarcal que reforça diferenças e hierarquias entre mulheres. Para o funcionamento de Gilead seria necessário o ódio entre mulheres.

A relação conflituosa entre Serena e June é especialmente representada na série, que mostra o clima de tensão entre a “dona do lar” e o “receptáculo biológico”. A presença de June seria um perigo para Serena devido à sua condição excepcional de fertilidade e lugar de subalternidade máxima dentro da hierarquia do núcleo familiar. Serena constantemente a castiga e humilha. A desconfiança sob o caráter bestial do “feminino” recai com força nas *Aias*, sendo causadoras de tensão e problemas. A relação de June com as outras mulheres da casa, as *Marthas*, também é representada na série demonstrando como as *Aias* são encaradas com desconforto, desconfiança e um fardo ao seio familiar. Para as *Marthas*, as *Aias* só trariam mais trabalho e dificuldades no equilíbrio da casa. As *Tias*, por outro lado, têm esse papel masculinizado que doutrinaría a bestialidade dessas mulheres, que as ensinariam a controlar seus impulsos. Callaway (2016) aponta como a obra literária de Atwood também serve como uma crítica ao movimento feminista e a universalização presente nesse campo teórico na discussão sobre o “ser mulher” e a(s) feminilidade(s). O livro de Atwood traz à tona a importância da percepção das desigualdades sociais entre

mulheres, resultantes de contextos históricos e relações de poder específicas. As falácias construídas na universalização do que chamamos “ser mulher”, perpassa um caráter colonizador por parte de pensadoras ocidentais. Ao estabelecer uma equivalência universal entre as mulheres, também estabelecem a possibilidade de comparação hierárquica e valorativa entre elas (SEGATO, 1998).

De forma contrastante, todos os homens em Gilead utilizam o preto, não havendo uma diferenciação imagética entre os comandantes e outros que não estão neste espaço de poder. Uma universalização como esta, pressuporia um apagamento de uma suposta identidade de cada homem. Entretanto, dentro do universo de Gilead, quando em comparação com as mulheres, a universalidade de sua roupa representa uma flexibilização desses espaços funcionais fortemente marcados. Homens, imagem de Deus, podem ser um algo além do que a função atribuída na estrutura, seria a partir deles que a relação diádica pode ser dinâmica. O funcional-estruturalismo de Gilead, portanto aplica-se fortemente às mulheres de forma patriarcal, associando sua funcionalidade a seu caráter biológico.

A semelhança do universo de Gilead com a teoria elaborada por Radcliffe-Brown, demonstra como tal autor coloca em evidência em sua análise o mundo masculino, como somente ele possui o lugar de poder e decisão. Em estudos posteriores a Radcliffe-Brown, critica-se a posição do autor ao focalizar somente o poder e a vida social masculina, deixando o espaço de atuação feminino confinado ao doméstico e sem poder efetivo. Quando o autor entende que a organização social se baseia diretamente no parentesco e no sentimento de pertencimento construído através dele, focaliza-se somente as relações e, em consequência, transferência de direitos pela parte masculina, seja em um sistema patrilinear ou matrilinear (irmão da mãe).

Além disso, podemos destacar que neste mundo extremamente funcional-estruturalista, o grupo doméstico busca a filiação como unidade de seu sistema, como seu objetivo final, mas encontra dificuldades devido à crise de fertilidade. Dessa forma, a aliança se tornaria, idealmente, um caminho de extrema importância para garantir a descendência da elite de Gilead. Entretanto, visto que a aliança e, portanto, a conjugalidade não significam necessariamente a formalização da descendência, a forma de garanti-la é realizada pelo subjugar de mulheres terceiras, de um útero com pernas incluído no ambiente doméstico. Vale ainda destacar como para a teoria de Radcliffe-Brown, a troca matrimonial (a aliança) seria um fator de instabilidade ao sistema perfeitamente estruturado, visto que um ente externo seria incluído e representaria potenciais questionamentos ao funcionamento desse sistema. O casamento, portanto, seria entendido como uma situação de liminaridade, de tensão iminente à manutenção do sistema.

Entretanto, dentro do universo de Gilead, o que traz a possível instabilidade de forma marcada é a entrada das *Aias* no seio familiar. Apesar de serem as consideradas de menor status e submissas, possuiriam um poder não dito, sendo as únicas mulheres férteis desse mundo e, portanto, um elemento cambiável de imenso valor. Por isso, somente os núcleos poderosos de Gilead possuem *Aias*, sendo material meio para um objeto de ainda mais valor: crianças. A instabilidade através da *Aia* atesta seu poder com o uso do vermelho também suscitando a capacidade de rebelião e revolução dessas mulheres nesse mundo.

A construção desses arquétipos femininos, a demonização de sua sexualidade e o domínio de seu corpo seriam um fator essencial para o desenvolvimento de um sistema abrangente no mundo: o capitalismo. Os Estados Unidos, centro capitalista hoje e

na história de uma pré-Gilead faria parte desse processo histórico de acumulação, que só teria sido possível a partir da subjugação e reorganização do lugar feminino na sociedade ocidental. Segundo Silvia Federici (2017), juntamente com a mecanização do corpo proletário, o desenvolvimento do capitalismo necessitou da criação de uma nova ordem patriarcal, com a exclusão das mulheres do trabalho assalariado, sua subordinação aos homens e a sua transformação em máquinas de produção de novos trabalhadores.

No brilhante livro *O Calibã e a Bruxa*, a autora destaca que esse período de ruptura contou com um movimento de genocídio com a morte de milhares de mulheres, a caça às bruxas, que buscou “destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor” (FEDERICI, 2017, p.30). O domínio sobre o corpo feminino também passou por novas valorações sobre o “ser mulher”, com a caça às bruxas também assumindo uma conotação sexual. Haveria uma relação entre essas bruxas e o diabo, resultado de pactos entre esses dois entes, sendo a bruxaria uma consequência da “luxúria insaciável das mulheres” (FEDERICI, 2017, p.338). Nesse sentido: “a caça às bruxas não só santificava a supremacia masculina, como também induzia os homens a temer as mulheres e até mesmo a vê-las como destruidoras do sexo masculino” (FEDERICI, 2017, p.338).

Podemos pensar como a lógica patriarcal que se desenvolve com o capitalismo se expressa em Gilead através da culpabilização das mulheres pela crise de natalidade. A sua suposta independência sexual anterior e a recusa da maternidade seria a razão para crise, este seria um movimento comum ao desenvolvimento capitalista com medos arraigados dos homens sob as mulheres. Sua sexualidade foi transformada em objeto de temor,

uma força demoníaca. A linguagem da caça às bruxas teria produzido um ser universalmente carnal e perverso. A representação da *Aia* em vermelho também apresenta essa luxúria, ligada com o diabo, e portanto o seu caráter de potência ao caos, à disrupção da ordem. Seguindo Federici, a transformação da sexualidade feminina em trabalho se expressa em Gilead fortemente como um trabalho à serviço dos homens e da procriação. São então demonizadas tanto no “mundo real”, como em Gilead, as formas não produtivas e procriativas da sexualidade feminina.

O caráter bestial, ligado à natureza, das mulheres também se relaciona com a ruptura do homem com a natureza, com a desvalorização dos animais como o “outro” definitivo. A sexualidade desenfreada dos homens também era considerada impura, ligada à animalidade nessa transição para o capitalismo. Vemos isto em Gilead com a fala de June acerca da Cerimônia, onde afirma que o ato da cópula entre ela e o Comandante também seria incômodo e um dever para ele. Nesse mundo, há a exaltação do controle e a negação do sexo enquanto prazer, transformado em dever.

Maternidade e reprodução: como fica a filiação?

A existência feminina em Gilead é, como já posto, reduzida e fragmentada a funções correspondentes a uma suposta condição natural do feminino. Diante da crise de natalidade, a possibilidade de engravidar é elevada a um milagre, e o dever ainda maior da mulher com Deus e à essa sociedade funcionalista. Entretanto, vemos que a maternidade se coloca em outros termos neste mundo em razão da crise. A filiação é ressignificada, visto que as *Esposas* não gestam a criança, mas esta ainda lhes pertence. Assim, para compreender tal processo dentro de Gilead, vamos além da teoria clássica do parentesco masculinista proposta por Radcliffe Brown.

As teorizações que são desenvolvidas na segunda metade do século XX de viés feminista revolucionaram a teoria do parentesco ao refletir sobre gênero e maternidade. É a partir dessas reflexões que me proponho a realizar analogias entre o universo de Gilead e os paradigmas à filiação tragos pelas novas tecnologias reprodutivas atuais, como a doação de óvulos e a barriga de aluguel. Nesse sentido, apesar da obra de Radcliffe-Brown nos servir bem para o entendimento estrutural e idealmente funcionalista de Gilead, é com essas novas teorias que vemos os conflitos e tensões a essa estrutura dentro de um universo que vivencia mudanças de paradigma.

A construção de gênero, como aponta Franklin (2001), forma-se como uma tecnologia de produção de sentido, na organização de uma produção de diferença. A formação discursiva que se constrói através do gênero atua como um fundamento naturalizante, formando um dualismo e estabelecendo performances específicas do homem e da mulher. Assim como também coloca Haraway (1989), no discurso sobre o corpo, a biologia é posta como ditadora do real, como uma construção social discursiva sobre o corpo. Para Haraway (1989), assim como o gênero, o parentesco constitui-se como uma tecnologia de produção de efeito material e semiótico; ambos dentro do espectro da ciência e do biológico, refletem parte do poder do conhecimento biológico na capacidade de naturalizar o que pode ser eventualmente não natural.

Dentro da ideologia euroamericana, portanto, a conexão entre pessoas, entre corpos são pensadas através do parentesco, em relação a uma ligação genética e biológica. Assim, quando pensamos no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas e as novas situações que aparecem com elas, esses pilares são reatualizados. Ao mesmo tempo, são tecnologias que tentam sempre aproximar esses “novos” parentescos ao “mais natural possível”,

mimetizando o parentesco “natural”. Como coloca Stratern (1972), a singularidade corporal é um signo e símbolo euro-americano, colocando-se em foco a individualidade cada vez mais ligada a signos que ligam o corpo e as relações sociais ao biológico e genético. Para a autora, o que a biotecnologia acrescenta é a possibilidade de ler diferentes identidades sociais no processo de concepção.

No mundo de Gilead, podemos ver a *Cerimônia* como semelhante a um processo de reprodução biotecnológico, relacionado à doação de óvulos ou à barriga de aluguel. Nestas últimas, há possíveis ambiguidades que podem ser suscitadas em relação a maternidade. Nos procedimentos de transferência de óvulo fertilizado, a associação da maternidade com o natural é questionada, separando a maternidade genética da maternidade gestacional. Nesse sentido, a dimensão da maternidade parece estar mais ligada com a gestação do que com o laço genético, ou seja, o que faz a mãe seria a gestação, a troca de substância entre ela e a criança.

A barriga de aluguel, por outro lado, toma outra forma dentro da dinâmica do parentesco e mais se assemelha a Gilead. Luna (2002) discorre como a paternidade depende de um reconhecimento de uma relação social para ser estabelecida, enquanto a maternidade é colocada como dada em razão da gestação da mulher e sua relação com o feto. Entretanto, quando pensamos a barriga de aluguel, a maternidade também dependeria do reconhecimento da relação entre a mãe social, que idealizou a gestação, e a mãe substituta que gestou em favor da primeira. Dentro da relação *Aia-Esposa*, a *Aia* é vista como receptáculo do bebê e a esposa, ao longo da gestação dela, acompanha-a como se ela mesma estivesse grávida. A *Cerimônia* busca, além de naturalizar o parentesco, também mimetizar o ato de copulação e, bem como coloca June, estabelecer uma mensagem de que o “produto” da

Cerimônia seria da esposa. A maternidade da esposa é socialmente reconhecida através de inúmeros signos construídos dentro da própria estrutura social de Gilead, na separação arquetípica entre mulheres, bem como durante todo o processo gestacional da *Aia*.

Luna (2002) ainda aponta como a doação de óvulos é representada como assexual, diferentemente da de espermatozoides, e mantenedora dos ideais tradicionais de família. Acentua-se o altruísmo da mulher que doa o óvulo, bem como daquela que é barriga de aluguel, elas seriam mulheres empáticas ao sofrimento alheio. Este é um discurso semelhante e constantemente reproduzido pelas *Tias* às *Aias*, focalizando o seu ato de bondade e reconhecimento do milagre da vida. Assim, a maternidade é reconceitualizada de forma a se acomodar às estruturas já existentes de parentesco. A existência de uma maternidade social e genética é presente, mas busca ser constantemente apagada em Gilead, visto que as *Aias* em si só seriam máquinas de reprodução, reduzidas a este propósito. Delas não é esperado o cuidado materno e a própria prática da maternidade, pois tal papel é somente destinado às *Esposas*. Assim como coloca Luna:

A imagem do receptáculo serve para contornar questões que contrariam a ideologia sobre a maternidade [...]; o receptáculo não formará relações com a criança. Dessa forma a substituta assume uma posição ambígua, pois, por um lado, separa-se de suas capacidades reprodutivas ao alienar seu útero, cortando sua relação com o feto, por outro lado, reifica-se como mulher na representação feminina do vaso (LUNA, 2002, p.261).

Enquanto mães-máquina, as mulheres barriga de aluguel e as *Aias*, como substitutas, representariam híbridos de exaltação da biologia do feminino e da negação à maternidade na sua sociabilidade. Assim, na experiência de substituição gestacional após o

nascimento da criança, a mãe substituta deveria tornar o parentesco da biológica com a criança irrelevante. Ao mesmo tempo, Luna (2002) destaca a relação de poder entre aquelas que são barriga de aluguel e às mulheres que buscam esse serviço. No caso de países como os Estados Unidos em que a barriga de aluguel pode ser realizada através de troca monetária⁶ há uma situação de vulnerabilidade social de mulheres que são barrigas de aluguel, muitas vezes sendo de classes mais baixas. Assim como em Gilead, as *Aias* representam um grupo marginalizado socialmente e existente somente para as famílias de elite do regime teocrático. A fertilidade torna-se um mercado e tais relações (e pessoas) são transformadas em bens.⁷

Ainda, para além do par de oposição homem/mulher, algumas teorizações da antropologia também trouxeram reflexões sobre as diversas ordens duais do pensamento ocidental. No marcante trabalho de Sherry Ortner (1974), “Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura?”, a autora faz uma análise sobre a relação entre esses dois pares. A partir do pressuposto estruturalista de Lévi-Strauss, ela compreende as associações de oposição entre natureza/cultura, mulher/homem, no qual a mulher seria referente à natureza/passividade e o homem à cultura/ação. A cultura “conquistaria” a natureza, ou seja, manejaria e desbravaria o selvagem, o desordenado. Do mesmo modo, o homem, racional, domina e domestica a mulher, selvagem, dentro da sociedade patriarcal. Apesar das críticas ao caráter universalista do trabalho de Ortner⁸, ele é interessante justamente para pensarmos como a associação ocidental da mulher ao “natural”, é ressignificada em Gilead. A maternidade da esposa dentro desse mundo não é pressuposta, um caminho natural, a filiação necessitou ser afirmada socialmente.

Em nossa sociedade o parentesco masculino é colocado em dúvida e, portanto, deve ser reificado socialmente, relacionando-se

ao aspecto “cultural” da filiação. Em consequência, o parentesco da mulher em relação à criança seria irredutível e inquestionável, ligado diretamente à esfera do natural. Em Gilead, por outro lado, a paternidade (idealmente) seria inquestionável visto a ritualização do ato de copulação pela *Cerimônia*; e, a maternidade é, do outro lado da moeda, legitimada culturalmente em um “como se” a criança fosse geneticamente da esposa. É a convenção social que irá estabelecer se e qual laço deve contar para determinar a maternidade.

Assim, a quebra do vínculo entre representações de instinto materno e de uma maternidade natural nas práticas de “mãe substituta” e da *Aia*, ultrapassam as representações de gênero existentes idealmente na sociedade estrutural funcionalista de Gilead. Ao mesmo tempo, outras características ligadas à mulher são reforçadas ao arquétipo da *Aia*, que abdica totalmente de sua individualidade e liberdade de ser, para o altruísmo em gestar para outra num ato de bondade, carinho e solidariedade.

Atwood em um de seus comentários sobre sua obra coloca que “a República de Gilead é construída sobre a base das raízes puritanas do século XVII que sempre estiveram por baixo da América moderna que pensávamos conhecer”. Dentro de Gilead novas estruturas são colocadas, entretanto seus elementos principais já estavam presentes dentro da sociedade que a antecedeu, nas noções específicas sobre homem e mulher, bem como nas dimensões de poder representadas na obra. Atwood cria uma narrativa no seio da nação que se entende como “da liberdade” e do suprassumo do individualismo moderno. Igualmente nas novas tecnologias reprodutivas atuais, esses valores são reafirmados, onde o *self* é como fonte das tomadas de decisão e representante das virtudes da ação autônoma (STRATERN, 1972). A semelhança entre as práticas reprodutivas da biotecnologia e a de Gilead, teriam princípios em

comum dentro deste individualismo, mas que é exacerbado no universo ficcional. A separação arquetípica da mulher também define quem tem o direito desse *self*, e quem deve abdicar dele para que a estrutura social possa idealmente se manter. A *Cerimônia* é representação ritual máxima que reforça os papéis sociais de cada componente do núcleo familiar: reforça o poder máximo do homem, exacerbando o *self* masculino com o ato da cópula, de fazer um filho seu; a submissão da esposa e seu papel de *madonna*; e a subjugação da *Aia*, transformada em objeto de valor intercambiável.

Ao mesmo tempo, podemos pensar como a construção de um núcleo familiar nesses termos só foi possível pois, de algum modo, já havia um modelo comum na sociedade anterior à Gilead. O conceito de maternidade e família já adquirira complexidade em razão da expansão das tecnologias contraceptivas e conceptivas, onde “a maternidade biológica já não é mais o primeiro critério que designa uma mãe [...] A fragmentação do papel de mãe é um dos impactos evidentes para o que é chamado de família artificial” (SCAVONE, 2001, 145). A família de Gilead não é aquela narrada pelos textos bíblicos, mas busca reproduzir seus princípios e reinterpretar seus signos. Scavone (2001) desenvolve como a perspectiva de gênero possibilitou a visualização da maternidade como um pluri-signo nas discussões feministas: símbolo de um ideal feminino, símbolo de opressão, símbolo de poder e outras inúmeras ressignificações. Nesse sentido, o rearranjo social necessário a formação familiar de Gilead também é uma dessas ressignificações.

As transmutações da noção de família e das relações entre gêneros na “modernidade” ao mesmo tempo que possibilitou a formação familiar de Gilead, também é apontada como a razão para a crise em que vivem naquele universo. Dentro de um mesmo processo histórico, as rupturas fomentadas pelo golpe teocrático

foram de alguma forma possíveis em razão dos valores e relações sociais presentes em algum nível na sociedade norte americana. Ao mesmo tempo que o crescimento das tecnologias reprodutivas teriam possibilitado o rompimento das mulheres com o destino inevitável da maternidade, os métodos contraceptivos também as possibilitaram a entrada no meio público, e no mercado de trabalho - diluindo esse espaço destinado ao masculino. Entretanto, o golpe de Gilead significou a radicalização da conquista do corpo feminino pelos homens, com a procriação, gestação e nascimento de crianças sendo completamente controladas pelo sistema patriarcal. Federici (2017) destaca que o domínio do corpo feminino, necessário à acumulação de trabalho e riqueza, estende-se ao mundo “moderno”, e as tecnologias reprodutivas representariam uma falsa noção de liberdade e independência das mulheres. Representariam mais um movimento de dominação e monetarização do corpo, num “investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres” (FEDERICI, 2017, p.37).

Em *O conto da Aia*, Gilead mostra-se como uma sociedade extremamente Radcliffiana focalizando na função de cada indivíduo para que a estrutura social consiga se manter, não só em equilíbrio, mas existir ao buscar o aumento da natalidade. Ao mesmo tempo, os princípios de filiação e parentesco firmados por Radcliffe-Brown encontram incongruências dentro desde universo, onde sua associação e análise do parentesco são fundadas a partir de noções pré-concebidas de reprodução humana e das relações biologicamente definidas, mas que são essencialmente características da própria cultura euroamericana (SCHNEIDER, 1972). Creio, assim, que a obra de Atwood nos permite mostrar que tanto o parentesco, como o gênero são, antes de tudo, sistemas culturais

e não conjuntos de relações biológicas. Além disso, pode nos dar um vislumbre de um desenvolvimento possível de radicalização de valores dentro do sistema que hoje vivemos, resultado da formação do sistema capitalista, no seu caráter dominador e destruidor. Dominação esta que dependeu da supressão da sexualidade e do corpo feminino, representantes de poder e perigo para esse sistema¹.

Referências Bibliográficas:

ATWOOD, M. **O conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco. Tradução de Ana Deiró. 2017.

CALLAWAY, A. **Women disunited: Margaret Atwood's The Handmaid's Tale as a critique of feminism**. *Master's Thesis*, 3505. San Jose State University, 2008.

FRANKLIN, S. **Biologization revisited: kinship theory in the contexto of the New Biologies** In: S. Franklin & S. McKinnon (eds.), Durham & London: Duke University Press, 2001.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

HARAWAY, D. **Primate Visions: Gender, Race and Nature in the World of the Modern Science**. New York: Routledge, 1989.

LUNA, N. **Maternidade desnaturada: uma análise da barriga de aluguel e da doação de óvulos**. Campinas: Cadernos Pagu (19): 233-278, 2002.

NICHOLSON, L. **Interpretando o Gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORTNER, Sherry. **Is Female to Male as Nature is to Culture?**. In: Rosaldo, Michelle Z and Louise Lamphere (orgs.): *Women*,

Culture and Society. Stanford: Stanford University Press. 1974.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Sobre o conceito de função em Ciências Sociais; Sobre a estrutura social. In: **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

SCAVONE, L. **A maternidade e o feminismo diálogo com as ciências sociais**. Cadernos Pagu (16), pp. 137-150. Unicamp, 2001.

SCHNEIDER, D. What is Kinship all about? In: **Kinship Studies in the Morgan Centennial Year**. Washington: Anthropological Society of Washington, 1972.

SEGATO, R.L. **Os percursos do gênero na antropologia e para além dela**. Série antropologia: UnB, 1998.

STRATERN, M. **Parestesco, direito e o inesperado: Parentes são sempre uma surpresa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

Notas:

1 Destaco que me restringi à primeira temporada da série, pois é nela que há uma correspondência com a narrativa de acontecimentos descrita no livro. As temporadas seguintes são uma expansão da obra de Atwood, com a criação de novos personagens e novos ciclos narrativos.

2 Uma das primeiras contribuições da antropologia (e do feminismo) a esta discussão é a separação entre a categoria sexo e gênero, compreendendo o gênero como parte do construto social específico de uma sociedade. Assim, há a tentativa de dissociar o caráter universalista e determinista resultante da relação causal entre o biológico (sexo) e o social (gênero).

3 Vale o destaque como também aparece no período a ideia de raça. Ou seja, as diferenças (hierárquicas) entre os povos no pensamento ocidentais teriam relação direta com a constituição física dessas diferentes “raças”.

4 Rita e Cora são *Marthas* na casa do comandante Fred.

5 Com os três primeiros episódios dirigidos pela norte-americana, Reed Morano, a primeira temporada foi aclamada pela crítica e venceu oito prêmios *Emmy*, incluindo melhor série dramática de 2017.

6 No caso brasileiro, a barriga de aluguel só é permitida entre integrantes da família da mulher que busca o “serviço”. Seria uma espécie de barriga solidária, onde não é permitida trocas monetárias.

7 Em cena da série televisiva, uma representante diplomática mexicana vai à Gilead ver o sistema de aias e traça um plano comercial com Gilead no que tange a reprodução e a utilização de aias.

8 O trabalho de Ortner (1974) obteve críticas por seu pressuposto de que esta seria uma tendência comum de todas as sociedades, ou seja: a oposição hierárquica entre natureza/cultura, mulher/homem. Entretanto, nem toda sociedade humana compreende a natureza e a cultura como pares de oposição, ou mesmo coisas separadas. Não poderia haver uma subordinação universal da mulher nesses termos quando já se parte de um pressuposto essencialmente ocidental.

Entre o jurídico e o material: flexibilização e precarização do trabalho terceirizado na universidade de Brasília

Entre lo jurídico y lo material: flexibilización y precariedad del trabajo tercerizado en la universidad de Brasília

Between legal and material worlds: flexibilization and precarization of outsourced workforce at the university of Brasília

*Miguel Felipe Silveira dos Santos¹
Leonardo Uderman²*

Recebido em: 20/03/2020

Aceito em: 07/08/2020

Resumo

Procurou-se, com o presente artigo, discutir algumas questões relacionadas ao trabalho terceirizado no âmbito da Universidade de Brasília (UnB). Após contextualizar as origens e efeitos do processo global da reestruturação produtiva, o artigo se ocupa da implementação do modelo laboral-produtivo da terceirização no Estado brasileiro para, enfim, analisar o processo de flexibilização e precarização do trabalho nessa instituição pública através dos documentos normativos que regem a gestão da força de trabalho do setor de limpeza e conservação.

Palavras-chave: Flexibilização. Terceirização. Precarização. Trabalho.

Resumen

Con el presente trabajo se pretende plantear algunas de las cuestiones relacionadas

1 Graduando em Sociologia pela UnB. miguelfelipet@gmail.com

2 Graduando em Sociologia pela UnB. leonardouderman@gmail.com

con el trabajo tercerizado en el ámbito de la Universidad de Brasília (UnB). De modo que, después de contextualizar los orígenes y los efectos del proceso global de la reestructuración productiva, el artículo se centra en el estudio de la implementación del modelo laboral-productivo de tercerización en el Estado brasileño para, finalmente, analizar el proceso de flexibilización y precariedad del trabajo en esa institución pública a través de documentos normativos que rigen la gestión de la mano de obra del sector de limpieza y conservación.

Palabras clave: Flexibilización. Tercerización. Precariedad. Trabajo.

Summary

The present article sought to discuss some issues related to outsourced work within the ambit of the University of Brasília (UnB). After contextualizing the origins and effects of the global process of “productive restructuring”, the article deals with the implementation of the labour model of outsourcing in the Brazilian State to, in the end, analyse the process of flexibilization and precarization of labour in this public institution through the normative documents that govern the management of the cleaning and conservation labour sector.

Keywords: Flexibilization. Outsourcing. Precarization. Labour.

Introdução

Pretende-se, com o presente trabalho, discutir questões relacionadas ao trabalho terceirizado na Universidade de Brasília, com especial enfoque no serviço de limpeza e conservação. De acordo com os dados coletados no segundo semestre letivo de 2016, a Universidade conta com um corpo de 44.670 discentes — 37.071 estudantes de graduação e 7.599 estudantes de pós-graduação — e 2.874 docentes. Desde 2001, a instituição passou a terceirizar suas atividades-meio, de modo que, em 2018, manteve contratos com 10 empresas, que empregaram, no total, 1070 funcionários, sendo 272 deles contratados junto ao “Grupo RCA”,

empresa responsável pelos serviços de limpeza e conservação.

A primeira sessão do artigo é dedicada à construção de um panorama acerca do paradigma laboral-produtivo fordista/taylorista, dominante até meados da década de 1960, e sua posterior substituição, com a chamada “reestruturação produtiva”, pelo modelo “toyotista” de produção, que, visando flexibilizar a produção, acabou por disseminar a prática da terceirização das — assim chamadas — “atividades-meio”.

Uma vez clarificadas as delineações do processo de reestruturação produtiva, busca-se, na segunda sessão, discutir, com base na literatura nacional elencada, o conceito de terceirização, sua implementação — em escala global e, posteriormente, no Brasil — e, por fim, focar a inserção do processo de terceirização na Administração Pública brasileira, ocorrida a partir da Reforma do Estado de 1995 de caráter “gerencialista”.

Por fim, dá-se início à terceira sessão, voltada para a análise do processo de terceirização na Universidade de Brasília, instaurado em 2001, com enfoque no *Edital nº16/2015*, que estabeleceu as bases para contratação para prestação de serviços de limpeza e conservação, e, posteriormente, o *Contrato nº200/2015* pactuado, em 2016, com o Grupo RCA. Da mesma maneira, analisar-se-á as variações no contingente de servidores terceirizados, dando-se ênfase no contingente dos servidores que atuam nos serviços de limpeza e conservação. Deu-se enfoque nos servidores terceirizados da área de limpeza e conservação, dada (i) a representatividade numérica deste setor dentro do contingente total de servidores terceirizados da Universidade; e (ii) a centralidade deste serviço específico para a compreensão da gestão da força de trabalho terceirizada.

“Fordismo”, “Taylorismo” E A Gênese Da “Reestruturação Produtiva”

O modelo de gestão do trabalho sob o qual se estruturou a sociedade na passagem do século XIX para o XX teve suas bases nas ideias de Frederick Winslow Taylor (taylorismo) e de Henry Ford (fordismo). O primeiro se caracteriza “pela intensificação do trabalho através de sua racionalização científica” (Peixe, 2013, p. 58); o fordismo, termo popularizado por Antonio Gramsci (1991), foi descrito pelo mesmo como um sistema que demarcava a necessidade de “uma mão de obra estável, um conjunto humano (o trabalho coletivo), [...] uma máquina que não se deve desmontar nem avariar demasiadas vezes nas suas peças individuais” (Gramsci, 1991, pp. 397-404). Apesar das diferenças entre o modelo fordista e o modelo taylorista, ambos podem ser considerados como integrantes de um paradigma organizacional historicamente localizado.

É importante compreender que a influência desses modelos organizacionais não se restringia à esfera produtiva. Taylor apontava o “clima de guerra” entre patrões e empregados como obstáculo à produtividade, correlacionado à “vadiagem no trabalho”, e, assim, enfatizava a necessidade de que empregadores e empregados deixassem de ver seus interesses como antagônicos. Em uma primordial análise do fordismo, Gramsci, por sua vez, identificou a criação de uma cultura disciplinadora da vida privada dos trabalhadores, baseada na valorização da família e da religião, na proibição do álcool etc. (Druck, 1995; Harvey, 1990; Peixe, 2013), como associada ao interesse na manutenção da produtividade.

Após a Segunda Guerra Mundial, vista a necessidade de o modelo americano vigente fazer frente ao modelo socialista, políticas de proteção social do Estado passaram a ser implementadas de modo a estabelecer concessões às demandas trabalhis-

tas. Criou-se assim um estreito vínculo entre o modelo taylorista/fordista e o Estado interventor (Druck, 1995; Harvey, 1990). Para muitos, a crise deste modelo é estritamente associada à crise “de um ‘modo de regulação’ do capitalismo” (Ibid, 1995, p. 64), bem como sua conseguinte substituição. No contexto socioeconômico das décadas de 1960-70, diversos fatores, como (i) a reestruturação completa das economias do Japão e da Europa Ocidental e a consequente saturação de seus mercados internos; (ii) o declínio da produtividade e da lucratividade corporativas; (iii) a crise do petróleo de 1973; e (iv) um excesso generalizado de estoques e mercadorias motivaram a substituição do modelo fordista/taylorista — até então hegemônico — pelo regime de “acumulação flexível”, em um processo que ficou conhecido como “reestruturação produtiva” (Druck, 1995; Harvey, 1990; Lombardi, 1997; Medeiros, 2009; Ribeiro, 2015; Salerno, 1994).

O toyotismo, dominante dentro do novo paradigma organizacional, flexibilizava a produção, visando à produção apenas do necessário, em contraposição à produção em larga escala e ao resultante estoque de mercadorias característicos do modelo fordista/taylorista (Peixe, 2013). No capitalismo ocidental, verifica-se a incorporação do “modelo japonês” por três meios: (i) a fábrica difusa, em que uma unidade central coordena a produção de uma rede de unidades periféricas; (ii) a fábrica fluida, caracterizada pela intenção de uma produção contínua e constante; e (iii) a fábrica flexível, diretamente ligada a mercados heterogêneos e incertos, em que se exige do trabalhador a capacidade de ocupar diversos postos de trabalho e a agilidade para tal (Ribeiro, 2015).

Deste modo, o processo de implementação deste modelo tem desembocado na institucionalização de práticas laborais que, em última instância, correspondem de forma análoga às demandas

relacionadas ao desenvolvimento reorganizado dos diferentes ramos do setor produtivo, crescentemente marcado pelo aumento da competitividade resultante do processo de expansão da atividade industrial. É neste conjunto de alterações que se inserem as transformações decorrentes da implantação do modelo de contratação, organização e gestão do trabalho intitulado como *terceirização*.

Terceirização: do conceito à implementação

Desde o final do séc. XIX e início do séc. XX, subcontratações e/ou regimes distintos de vinculação trabalhista são práticas que coexistem — e até mesmo integram — às modelações formais da esfera do trabalho. Embora Marcelino e Cavalcante (2015) sinalizem a especificidade deste neologismo (“terceirização”), trata-se, como já foi estabelecido na subseção anterior, de um conjunto de alterações na regulação e gestão do trabalho — canceladas pela produção científica dos *manuals* do campo da “Administração” e “Gestão Empresarial” (Giosa, 1997; Saratt, Silveira e Moraes, 2008; Leiria, 1992) — que correspondem analogamente às transformações globais decorrentes da reestruturação produtiva iniciada nas décadas de 1960 e 1970.

Tabela 01 – Modelos de Terceirização

Modelo de Terceirização	Objetivo	Meio pretendido
Terceirização-produção	Aumento de qualidade, produtividade e competitividade	Transfere-se a incumbência referente à gestão da produção para empresa (s) subcontratada (s) especializada (s).
Modelo de Terceirização	Objetivo	Meio pretendido
Modelo de Terceirização	Objetivo	Meio pretendido

Argumentando neste sentido, Druck (1995) supera o dilema-dual entreposto pelas interpretações iniciais acerca do processo da terceirização, evidenciando a articulação do “tripé” custos, qualidade e produtividade — inerente ao modelo japonês — e o fato de que “[...] o processo de melhoria de qualidade significa, geralmente, redução de custos” (1999, p. 149). O processo de terceirização, entretanto, não se definiria pela distinção entre “atividades-meio” e “atividades-fim”, dada a fluidez indefinida destes respectivos critérios, inclusive nos termos da jurisprudência produzida sobre o fenômeno, muito menos conceber-se-ia tal processo como mero reflexo do aprofundamento da divisão do trabalho capitalista. Trata-se, portanto, da seguinte definição:

[...] terceirização é todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução dos custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas (Ibid., 2015, p. 338).

Localizando o *boom* da terceirização como intrinsecamente ancorado no processo de reestruturação produtiva, define-se de forma abrangente — dada a amplitude generalizada dos processos de terceirização recentemente modulados —, evidenciando a conexão específica, por um lado, entre (i) *redução estratégica de custos como artifício para recomposição das taxas de lucro*, em decorrência da crescente competitividade derivada do processo de expansão industrial; e, de outro, pela (ii) *externalização dos conflitos trabalhistas*, dada a desvinculação da empresa tanto com o “enquadramento jurídico trabalhista” (Marcelino e Cavalcante, 2012, p. 337) (empresa-trabalhador) como com a pressão das organizações sindicais, substituindo ambos pela administração contratual interposta com a empresa

subcontratada, regulada pelo Direito Civil (empresa-empresa).

Se entendermos a vinculação contratual como elemento fundamental da relação empregatícia, tem-se que a terceirização produz “[...] relações de trabalho distintas do padrão de assalariamento regulamentado próprio do período fordista [...]” (Lima, 2010, p. 19) que, congregado ao processo de *desverticalização* — isto é, redução dos níveis hierárquicos de produção e/ou eliminação de seções produtivas inteiras (Amato Neto, 1995) —, consolida, em última instância, um novo meio de gestão da força de trabalho produtiva.

Tal organização modular da força de trabalho produz, por sua vez, a concatenação dos seguintes fatos: (i) desintegração dos coletivos de trabalho, dado o regime diferenciado de contratação, e posterior estabelecimento de categorias internas como “trabalhadores de primeira classe” e de “segunda classe” (Druck e Franco, 2007; Godinho, 2008); (ii) estigmatização — especialmente quando o serviço é prestado na localidade em que reside a contratada — derivada de diferenciações espaciais delimitadas (refeitórios, portarias, vestiários, banheiros e etc.) e marcadores internos de diferenciação (uniformes e outros) (Lima, 2010); (iii) enfraquecimento dos laços de solidariedade entre trabalhadores, dada a desarticulação sindical ocasionada pelo regime diferenciado de contratação (Druck, 1995).

A terceirização — com a sua devida materialidade no ordenamento jurídico brasileiro —, tal como a reconhecemos hoje, somente toma forma nas décadas de 70/80. Ainda que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispusesse de artigos correlacionados a subcontratação, referia-se apenas à subempreitada (art. 455) e à pequena empreitada (art. 652, a, III). Inicia-se sua normatização específica, no âmbito estatal, apenas com a edição do Decreto-Lei nº. 200/1967 — a chamada *reforma ad-*

ministrativa, com vistas a impedir o “crescimento desmesurado da máquina administrativa”, nas palavras de Costa e Silva — e a promulgação da Lei nº 5.645/1970 e da Lei nº 6.019/1974. Respetivamente, entretanto, tratava-se de prática restrita às necessidades de “[...] intermediação de mão de obra em caráter excepcional, em situações específicas” (Janot, 2017 apud Brasil, 2017, p. 3)⁴.

Tratar-se-á, entretanto, no presente trabalho, da terceirização enquanto produto das transformações contemporâneas de organização do processo do trabalho, em especial em decorrência da reestruturação produtiva. Embora a reestruturação produtiva, enquanto incorporação do modelo japonês via institucionalização dos padrões de gestão e organização do trabalho associados ao toyotismo, seja um fenômeno globalmente difundido — relacionado homologamente à instauração do regime de “acumulação flexível” (Harvey, 1990), dos “imperativos da flexibilidade” (Castel, 2005) e da “instabilidade” (Thébaud-Mony, 1997) —, Druck e Borges (2002) afirmam que a transposição nacional desta transformação, na década de 90, é mais

[...] fortemente determinada pelas características históricas da industrialização brasileira e pelas dificuldades da atual crise nacional, do que por uma estratégia nacional e competente de política industrial, em busca do ajuste da economia brasileira às novas condições impostas pela competitividade capitalista. As mudanças adotadas vêm sendo selecionadas basicamente em função da sua maior ou menor adequação a uma estratégia de adaptação das empresas, de sobrevivência empresarial e de manutenção da taxa de lucro numa conjuntura marcada por elevada instabilidade econômica e política. E isso com a menor taxa de risco possível, isto é, com baixíssimos níveis de investimento na modernização e ampliação do parque produtivo. (Druck e Borges, 1993, pp. 35-6)

Evidencia-se, portanto, que a institucionalização difusa desta prática — centrada na atividade industrial, mas também em serviços, comércios, setor público e outros —, em meados da década de 90, manifestou-se principalmente segundo o modelo de “terceirização-contingência”⁵ (Abreu e Sorj, 1994), visando sobretudo a redução dos custos com a força de trabalho. Embora discursivamente pautado pela necessidade de se estabelecer uma “modernização organizacional” em meio às reformas estruturais promovidas pelo governo Collor (de um lado, abertura da economia doméstica e, por outro, privatização das empresas estatais), a disseminação da terceirização enquanto “estratégia” (Giosa, 1997) deveu-se principalmente — quando não exclusivamente — à sua eficácia como estratégia para redução de custos e recomposição das taxas de lucro.

Com a Reforma do Estado, iniciada em 1995, modela-se, dentro da administração pública, a entrada do processo de terceirização, visto, agora, como “amplo, geral e irrestrito”. Como bem demarcam Amorim (2009) e Druck (2016), a reforma de caráter “gerencialista” (Bresser-Pereira, 2000), encabeçada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), expõe, no Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado — o documento norteador da reforma administrativa —, que “[...] o paradigma gerencial contemporâneo [...] exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções [...]” (Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, apud Amorim, 2009, p. 71).

Como grande parte da literatura já demonstrou, o Estado reestrutura-se de forma homóloga às transformações na dinâmica do setor produtivo em decorrência da implantação do modelo toyotista (Druck, 2016; Druck *et al*, 2018; Cunha, 2015; Amorim, 2009; Souto Maior, 2016). De forma conceitual, dividiu-se o Estado em

três áreas de atuação: (i) atividades exclusivas à competência do Estado, constituindo seu núcleo estratégico; (ii) serviços não exclusivos à competência Estatal, mas passíveis de publicização (escolas, universidades, creches, ambulatórios, dentre outros (Druck, 2016); (iii) a produção de bens e serviços para o mercado, principalmente via desestatização/privatização. Apartadas do núcleo estratégico, as *atividades-meio* (limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos na área de TI e serviços gerais), relacionadas ao custeio, tornam-se propícias para, mediante licitação pública, tornarem-se atividades terceirizadas (DIEESE, 2008 apud Druck, 2016, p. 19). Trata-se, efetivamente, de um *mix* retórico: além de ganhos de “eficiência”, “[...] esses serviços, que são serviços de mercado, passam a ser realizados competitivamente, com substancial economia para o Tesouro” (Bresser-Pereira, 1997, p. 29).

Como já foi demonstrado, sob a dupla-égide do processo de adaptação à acumulação flexível — suplantada, por um lado, pela (i) reforma gerencialista do Estado, marcada pela racionalização dos processos e pela implantação da “qualidade total” (Bresser-Pereira, 1995, p. 8); e, por outro, pela (ii) reestruturação do setor produtivo via institucionalização das práticas/técnicas vinculadas à gestão da força de trabalho de cunho toyotista — a terceirização torna-se, enquanto receituário modular de organização do trabalho, prática corrente na Administração Pública enquanto uma estratégia de redução de custos.

Desde então, as atividades-meio, caracterizadas na reforma gerencial de 1995 como pertencentes à categoria de serviços auxiliares, isto é, não-essenciais (limpeza, vigilância, transporte, informática etc.), tem sido normativamente integralizadas à estrutura do Estado mediante processo de subcontratação. Dentro deste rol de atividades, destacam-se os serviços relacionados à limpeza e

a conservação como exemplo-chave de atividade-auxiliar passível de terceirização⁶. É neste contexto, portanto, que se compreende a execução generalizada deste serviço, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, via intermediação de mão de obra através de empresa interposta — incluindo, portanto, as diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em especial as universidades federais, como a UFRGS (Bednarski, 2012), a UFSC (Cordeiro e Jacobsen, 2015) e a UFU (Silva, 2015), por exemplo.

Terceirização na universidade de Brasília

Integrando a Administração Pública indireta e, portanto, inserida neste contexto, a Universidade de Brasília (UnB) tem, desde 2001, terceirizado suas atividades-meio (serviços de limpeza, vigilância, portaria etc.) — consideradas como atividades não-essenciais para realização da sua atividade-fim, definida no “*Estatuto e Regimento Geral*” da universidade, que seria: “[...] o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais” (Universidade de Brasília, 2011, p. 9). Esta separação estritamente demarcada abrange também a definição dos integrantes da comunidade universitária: em última instância, ela “[...] é constituída por *docentes, discentes e técnico-administrativos*, diversificados em suas atribuições e funções, unidos na realização das finalidades da Universidade” (Ibid., 2011, p. 25)⁷. Essas atividades-meio passam, portanto, a integrar a estrutura orçamentária da Universidade de Brasília.

No âmbito da estrutura do orçamento da Universidade de Brasília, verifica-se que, nas LOA’s (Lei Orçamentária Anual) — estabelecidas anualmente pelo Governo Federal e ratificadas pelo Poder Legislativo, na figura do Congresso Na-

cional —, são contemplados recursos advindos de duas fontes de recursos distintas: por um lado, há recursos advindos do Tesouro Nacional e, por outro lado, recursos advindos de arrecadação própria da Fundação Universidade de Brasília (FUB).

Recursos advindos do Tesouro Nacional — que, por sua vez, advém das fontes de arrecadação da União — compõem a seção majoritária dos recursos arrecadados pelas Universidades Federais (UF's), incluindo a UnB (Tabela 02). De natureza notadamente cambiável, as receitas advindas do Tesouro Nacional que integram o financiamento das UF's dependem de variáveis distintas: há, por um lado, variáveis de ordem macroeconômica, relacionadas à arrecadação de impostos concernentes à União e a própria evolução do PIB (Produto Interno Bruto), bem como do resultado fiscal primário; e, por outro lado, há variáveis de ordem político-conjuntural, relacionadas às políticas para servidores federais bem como para as políticas direcionadas ao ensino superior (Velloso e Marques, 2005). Já os recursos próprios da UnB se dividem, basicamente, em três categorias distintas: (i) aluguéis e arrendamentos, derivados de patrimônios gestados pela UnB; (ii) taxas de emolumentos pela expedição de registros e de diplomas e certificados (incluindo nesta categoria as receitas advindas do Cebraspe⁸); e, por fim, (iii) arrecadação advinda do UnB Idiomas⁹.

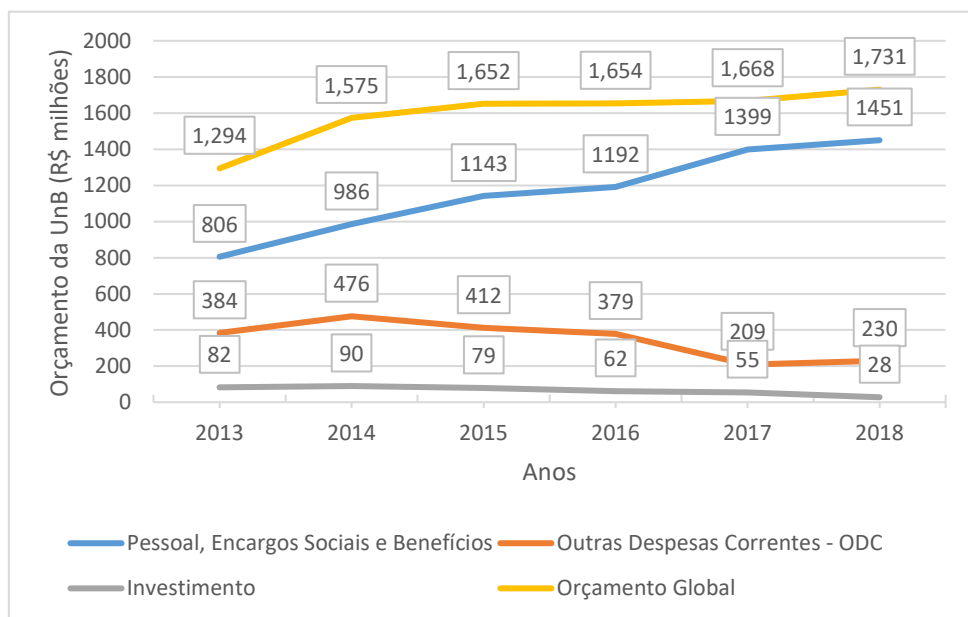
Tabela 02 – Lei Orçamentária Anual (UnB), 2013-18

LOA'S	Fontes de Recursos (R\$)		Total (R\$)	Tesouro (% total)
	Tesouro	Próprios	Total	Porcentagem
LOA 2013	969,344,334	325,028,676	1,294,373,010	75%
LOA 2014	1,176,160,942	399,289,943	1,575,450,885	75%
LOA 2015	1,359,321,469	293,106,759	1,652,428,228	82%
LOA 2016	1,476,743,410	177,627,219	1,654,370,629	89%
LOA 2017	1,565,629,837	102,015,178	1,667,645,015	94%
LOA 2018	1,596,103,707	112,728,789	1,708,832,496	93%

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria dos autores.

Ancorada nestas duas fontes de receitas, a UnB contempla recursos para execução de pagamento referente a execução de três grupos distintos de despesas: (i) PES — “Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios” —; (ii) ODC — “Outras Despesas Correntes” —; e (iii) “Investimento”. Na estrutura da despesa total, verifica-se a predominância majoritária das despesas relacionadas à PES, que apresentam trajetória ascendente, em decorrência do crescimento da folha de pagamentos e indexação de servidores inativos e pensionistas, tendo em vista a vinculação obrigatória, postulada constitucionalmente. Esta predominância majoritária é tão significativa que, em 2018, segundo dados do *Relatório de Gestão*, documento elaborado pelo Decanato de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO-UnB), atingiu 80% das despesas totais. Em relação a composição do conjunto das despesas discricionárias (ODC + Investimento), evidencia-se, dentro do subconjunto da ODC, a trajetória também ascendente das chamadas despesas de “custeio”¹⁰ — isto é, destinadas à manutenção/funcionamento, tendo em vista a expansão recente das universidades federais. (Figura 01).

Figura 01 - Orçamento da UnB por “Grupo de Despesa” (R\$ milhões) 2013-2018



Fonte: DPO-UnB. Elaboração própria dos autores.

Depreende-se que, embora o orçamento global da Universidade de Brasília apresente trajetória ascendente, verifica-se que, em termos da estrutura orçamentária, tal trajetória ascendente é sustentada, a partir de 2015, unicamente pelo crescimento de recursos vinculados à PES. De 2014 a 2018, os recursos destinados à PES progridem de R\$ 986 milhões para R\$ 1,451 milhões — constituindo um aumento de 56% —, enquanto, paralelamente, os recursos destinados às ODC's decrescem de R\$ 476 milhões para R\$ 230 milhões — totalizando uma redução de 48% — e os de Investimento de R\$ 90 milhões para R\$ 28 milhões, representando uma diminuição de 34%.

Com o agravamento do cenário macroeconômico e, principalmente, contínua queda do resultado fiscal primário, produzidos no âmbito do primeiro mandato do Governo Dilma (Cagnin *et al*, 2013), inicia-se, em 2015, no segundo mandato do Governo Dilma, o processo de implementação do “*Plano Levy*” — isto é, o ajuste fiscal, especificamente centrado no estabelecimento de restrições orçamentárias, contingenciamento de despesas discricionárias e alterações na programação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) (Santos e Berçott, 2017). Instaurando-se sequencialmente o processo de contingenciamento, readequam-se as programações orçamentárias dos órgãos ministeriais do Executivo — incluindo, portanto, o Ministério da Educação (MEC) — que, nos anos subsequentes, dado o contingenciamento generalizado das despesas discricionárias, diminuem a alocação de recursos (Druck, 2016). Tal processo de contingenciamento de despesas da União manteve-se nos anos subsequentes, agravando-se com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que instaurou o assim chamado “Novo Regime Fiscal”¹¹.

Frente a este cenário de diminuição de alocação de recursos

advindos do Ministério da Educação via Tesouro Nacional — que ocasiona, segundo o *Relatório de Execução de 2016*, um déficit de R\$ 105,6 milhões, e, para o ano de 2018, segundo o *Relatório de Gestão de 2017*, um déficit previsto de R\$ 92,3 milhões —, a Administração Superior da Universidade de Brasília tem, desde o segundo semestre de 2017, apresentado medidas para “readequar” as despesas de custeio à “realidade orçamentária” da instituição. Dentre as propostas apresentadas no primeiro semestre do ano de 2017, propôs-se a remodelação unilateral dos valores contratuais pactuados nos contratos com as empresas terceirizadas — em torno de 25% —, com vistas a reduzir as despesas de funcionamento da FUB (DPO, 2017, p. 14), gerando supressão de postos e, portanto, diminuição do contingente de servidores terceirizados. Novamente, no primeiro semestre de 2018, deu-se continuidade ao processo de remodelação dos contratos, gerando subsequente redução do contingente total (Tabela 03).

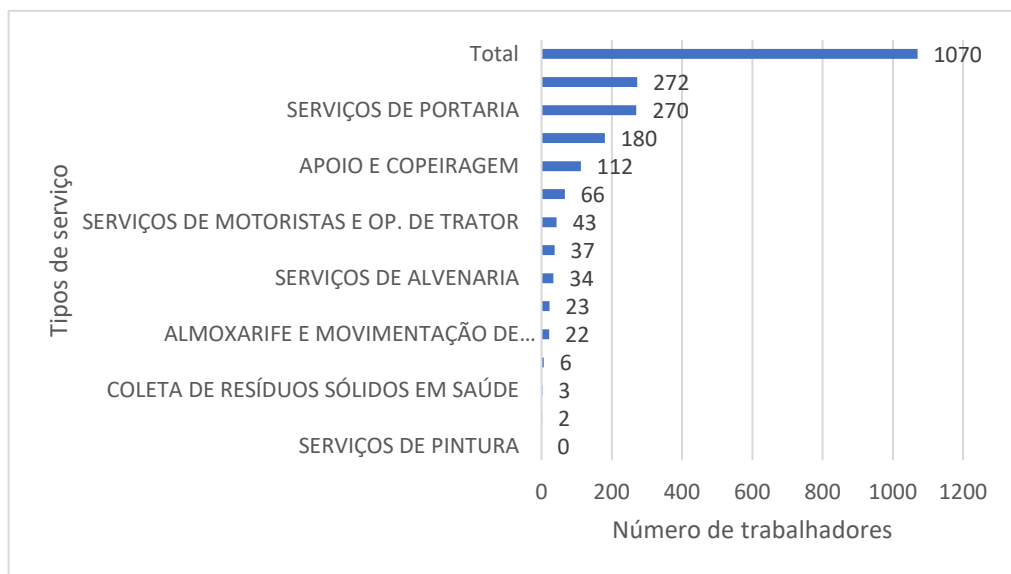
Tabela 03 – Variação do número de trabalhadores terceirizados da UnB (jan-14/mai-18)

Data	Funcionários	Qtd. Suprimida	% Redução Anual
Jan/2014	2822	229	8%
Dez/2014	2593		
Jan/2015	2608	262	10%
Dez/2015	2346		
Jan/2016	2339	567	24%
Dez/2016	1772		
Jan/2017	1772	233	13%
Dez/2017	1539		
Jan/2018	1476	457	31%
Mai/2018	1019		

Fonte: DTER (2018). Elaboração própria dos autores.

Atualmente, em 2018, a Universidade de Brasília mantém catorze (14) contratos de prestação de serviços com empresas terceirizadas, segundo dados da Diretoria de Terceirização (DTER), órgão vinculado ao Decanato de Administração e Finanças (DAF). Tais contratos — estabelecidos via processo licitatório regulado pela Lei nº 8.666/1993 — abrangem diversos serviços: a maioria, entretanto, pode ser agrupada na denominação clássica de “atividade-meio” (Figura 01).

Figura 02 – Número de trabalhadores terceirizados da UnB por serviço prestado (2018)



Fonte: Diretoria de Terceirização (DTER-UnB). Elaboração própria dos autores.

A Universidade de Brasília, em particular, estabelece contratos com empresas terceirizadas para prestação de serviços de limpeza e conservação desde 2001. Desde 2016, a prestação do serviço de limpeza e conservação, dentro dos quatro *campi* da universidade (Ceilândia, Darcy Ribeiro, Gama e Planaltina), é realizada pelo “Grupo RCA”, que se apresenta como uma empresa que presta serviços de terceirização de mão de obra “[...] **para que estes [os clientes] possam direcionar seus esforços no próprio negócio e obter assim, maior sucesso e lucro**”. Como previamente exposto, os serviços de limpeza e conservação empregam a maior parte dos servidores terceirizados da Universidade, constituindo, no momento da redação do presente trabalho, um corpo de 272 funcionários, representando cerca de 25% do contingente total (Figura 02).

Ainda que Weber tenha demonstrado — analisando o processo de validação do estatuto legal associado ao *direito positivo-racional* — que o limiar que diferencia ordens pactuadas de ordens impostas é notadamente relativo (Weber, 2002, p. 64), o presente trabalho privilegia a análise dos contratos pactuados entre a UnB e a empresa RCA, com vistas a elucidar as delimitações jurídico-materiais decorrentes do serviço prestado. São analisados, portanto, os dois documentos jurídico-normativos que norteiam o vínculo jurídico estabelecido: o (i) *Edital de Serviços de Limpeza e Conservação* (Edital de Pregão Eletrônico N.º 16/2015), elaborado pelo Decanato de Administração da UnB, e o (ii) *Contrato n.º 200/2015*¹², pactuado entre a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e a Empresa RCA.

Inserido normativamente no ordenamento jurídico via promulgação da Lei n.º 10.520/2002, o processo de licitação na modalidade de “pregão” se estabeleceu — pela União — como obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns (Carvalho

Filho, 2015). Anteriormente citado, o Edital n.º16/15 “tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação [...] com disponibilização de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos [...]” (Universidade de Brasília, 2015, p. 2). Regulado pelo Decreto n.º 2.271/1997, o Edital prevê anexado o “Termo de Referência”, instrumento que normatiza a adequação do serviço de limpeza e conservação posteriormente contratado, expressando preferência pela execução indireta de tal atividade. Dar-se-á ênfase analítica nos seguintes itens específicos: (i) acerca da área de atendimento e índice mínimo de produtividade (*item 8*) e (ii) das obrigações da contratada (*item 10*).

Dada a seleção — via processo licitatório previamente citado — da Empresa RCA como prestadora de serviços, estabeleceu-se, por parte da FUB, o Contrato n.º 200/2015, instrumento normatizador da respectiva prestação de serviços. Tal instrumento jurídico, fruto de pactuação, contém as especificidades técnico-jurídicas referentes à execução, por parte da empresa contratada, do serviço prestado. Dar-se-á ênfase analítica nos seguintes itens específicos: (i) critérios para estabelecimento da precificação do serviço prestado (*cláusula segunda*); (ii) as obrigações específicas da contratada (*cláusula décima*)¹³ e (iii) penalidades e sanções administrativas previstas em relação à contratada (*cláusula vigésima*).

Estabeleceu-se, na cláusula segunda do Contrato n.º 200/15 (“*dos preços e do valor do contrato*”), o valor mensal do contrato — assim como seu valor total — mediante precificação por metragem quadrada (Tabela 01). Ademais, como já previamente exposto, estabeleceu-se, no item 8 (“*da área de atendimento e dos índices de produtividade mínimo (sic)*”) do Edital n.º16/15, a metragem atribuída a cada servente — consolidando, portanto, o Índice de Produtividade Mínima (IPM) — de acordo com área e periodicidade específica (Tabela 02).

Tabela 04 – Precificação (Contrato nº200/15 – RCA)

TIPO DE ÁREA	ÁREA (M)(1)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$/M²)(2)	TOTAL MENSAL (R\$)(3)=(1)x(2)
1. INTERNA			
1.1 Pisos Frios/Acarpetados	320.576,07	4,69	1.503.501,77
1.2 Almojarifado/Galpão	35.528,33	2,78	98.768,76
2. ÁREA HOSPITALAR E ASSEMELHADAS			
2.1 C/ insalubridade grau 20%	8.519,12	27,56	234.786,95
2.1 C/ insalubridade grau 40%	935,45	30,31	28.353,49
3. ESQUADRIA EXTERNA (Face Interna / Externa)			
3.1 Sem exposição a riscos	64.327,02	1,43	91.987,64
4. ÁREA EXTERNA			
4.1 Área externa / Estacionamentos	221.689,69	2,5	554.224,23
TOTAL MENSAL			R\$ 2.511.622,84
PRAZO CONTRATUAL			12 MESES
VALOR TOTAL DO CONTRATO			R\$ 30.319.474,08

Fonte: DTER (2015).

**Tabela 05 – Área de atendimento e Índice de Produtividade
Mínimo
(Edital n.º16/15)**

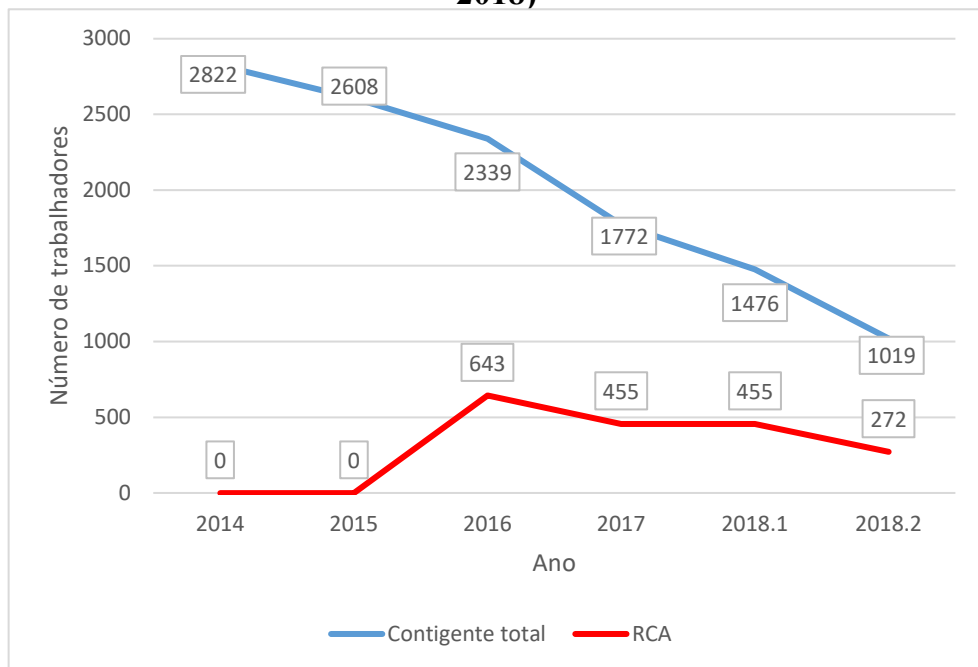
TIPO DE ÁREA	TOTAL m²	ÍNDICE PRODUTIVIDADE MÍNIMA	PERIODICIDADE
1. INTERNA			
1.1 Pisos Frios/A carpetados	320.576,07	800 (m²/servente)	Diário
1.2 Almojarifado/Galpão	35.528,33	1.350 (m²/servente)	Diário
2. ÁREA HOSPITALAR E ASSEMBLADAS			
2.1 C/ insalubridade grau 20%	8.519,12	330 (m²/servente)	Diário
2.1 C/ insalubridade grau 40%	935,45	330 (m²/servente)	Diário
3. ESQUADRIA EXTERNA (Face Interna /Externa)			
3.1 Sem exposição a riscos	64.327,02	220 (m²/servente)	Quinzenal
4. ÁREA EXTERNA			
4.1 Área externa / Estacionamentos	221.689,69	1.500 (m²/servente)	Diário
5 ENCARREGADO			R\$ 2.511.622,84
5.1 ENCARREGADO	1 para cada 30 serventes para cada um dos <i>C campi</i>		Diário

Fonte: DTER (2015).

Depreende-se, portanto, que — como postulado juridicamente no Termo de Referência do edital vinculado ao processo de licitação para contratação da prestação de serviços pela empresa RCA — a precificação estabelecida vincula-se, de forma intrínseca, à área delimitada (m²). Simultaneamente, tem-se que o Índice de Produtividade Mínima (IPM), que é o critério técnico-jurídico para adequação normativa do serviço prestado, se estabelece também em relação à área delimitada (m²), criando, de forma homóloga, uma vinculação estreita entre, por um lado, a produtividade *per capita*, e, por outro, o faturamento da empresa. Há, portanto, em decorrência deste modelo de precificação, a necessidade — por parte da RCA — de manter constante os índices de produtividade dos servidores terceirizados.

Dado o processo de contingenciamento de recursos, estabelecido pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e iniciado em 2015, reduz-se a dotação orçamentária da UnB relativas às Outras Despesas Correntes (ODC) — referentes à verba de custeio —, tendo por consequência a instauração do processo de repactuação dos contratos com as empresas terceirizadas. Tal processo de remodelação incorre na redefinição dos valores pactuados que, em última instância, implicam na diminuição do contingente total de servidores terceirizados (Figura 03).

Figura 03 – Contingente Total x Contingente RCA (2014-2018)



Fonte: DPO-UnB. Elaboração própria dos autores.

Nota-se que, em decorrência do processo de contingenciamento de recursos e posterior repactuação contratual, há, entre o primeiro semestre de 2016 e o segundo semestre de 2018, uma diminuição do contingente total em torno de 56%. Especificamente no serviço de limpeza e conservação (Grupo RCA), diminuiu-se o contingente em torno de 58%. Dada a repactuação dos contratos realizada em 2017, diminuiu-se o contingente de servidores terceirizados de 643, em dezembro de 2016, para 455, em agosto de 2017. Em decorrência da segunda fase de repactuação dos contratos com as empresas terceirizadas, gestada durante os meses iniciais do primeiro semestre de 2018, reduziu-se de 455 para 272 servidores terceirizados.

Com base nos dois aspectos anteriormente mencionados nesta seção — (a) brusca redução no contingente de servidores terceirizados de limpeza e conservação, em decorrência do contingenciamento de recursos orçamentários, e (b) estabelecimento contratual concatenado entre precificação, metragem e produtividade — verifica-se que há incentivos para, através dos instrumentos jurídicos contratualmente previstos, realizar-se a gestão da força de trabalho terceirizada por meio da manutenção de rígido ordenamento disciplinar do labor e sob estrita produtividade — caracterizando tal gestão como, portanto, constitutiva do processo de precarização¹⁴ das relações de trabalho.

Tendo em vista a desvinculação dos servidores terceirizados do *quadro funcional* da Universidade e, portanto, considerando que os contratos da UnB com empresas terceirizadas representam 67% das despesas de “custeio” (DPO, 2018, p. 11), evidencia-se a especificidade da utilização do regime contratual da “intermediação de mão de obra via empresa interposta” na Administração Pública. Isto é, embora o Estado tenha se reestruturado, desde 1995, de forma homóloga às operações do setor produtivo e, portanto, tenha, segundo alguns, se transformado em um “Estado gerencialista” (Druck, 2016) ou um “Estado-empresa” (Dardot e Laval, 2016), a articulação que este faz do instrumento da terceirização produz um tipo *sui generis* de *flexibilização* da força de trabalho, distinto dos processos de flexibilização que ocorrem na atividade privada. Não se trata de um processo de flexibilização derivado da necessidade de “recomposição das taxas de lucros” ou de “intensificação da eficiência produtiva”, e sim da sujeição “automática” de um contingente selecionado de trabalhadores à discricionariedade do contingenciamento de recursos orçamentários alocados pelo Governo Federal.

Considerações finais

Os contratos firmados entre a Universidade de Brasília e empresas interpostas que prestam serviços considerados “auxiliares” estão conectados às transformações globais do sistema laboral-produtivo. De início, portanto, explicitou-se a gênese do paradigma produtivo toyotista que, no contexto socioeconômico das décadas de 1960-70, tornou-se a resposta hegemônica ao regime capitalista de acumulação flexível, em um processo conhecido como reestruturação produtiva. Discutiu-se o conceito de terceirização — enquanto prática-chave da incorporação do paradigma toyotista no contexto nacional —, reconstruindo, também, sua posterior inserção, com a Reforma do Estado de 1995, na Administração Pública.

Por fim, analisou-se o processo de terceirização na Universidade de Brasília, com enfoque específico na gestão da força de trabalho vinculada à execução dos serviços de limpeza e conservação, evidenciando o processo de precarização e flexibilização da força de trabalho terceirizada nesta universidade. Este caso específico demonstra a necessidade da literatura especializada de analisar os processos de terceirização, precarização e flexibilização do trabalho não só na força de trabalho do mercado privado, como também na força de trabalho do serviço público no Brasil, dada a especificidade da sujeição da mão de obra terceirizada à volatilidade das despesas discricionárias.

Referências bibliográficas

ABREU, A.; SORJ, B. Subcontratação e trabalho a domicílio. In: MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza, RAMALHO, José Ricardo. (Org.) *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec, CEDI/NETS, 1994.

AMATO NETO, João. Reestruturação industrial, terceirização e

redes de subcontratação. *Rev. Adm. Empres.* São Paulo, v. 35, n. 2, p. 33-42, Apr. 1995.

BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T.M.C. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. *Mediações*, v. 20, p. 160, 2015.

BEDNARSKI, C.T. *Terceirização no serviço público: estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Monografia (Graduação) – UFRGS, Escola de Administração. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; vol. 1).

_____. A reforma gerencial do Estado de 1995. *RAP*, Rio de Janeiro, 34 (4), Jul/Ago, 2000.

CAGNIN, Rafael Fagundes et al. *A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012)*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 169-185, Nov. 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo* / José dos Santos Carvalho Filho. – 28. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2014. – São Paulo: Atlas, 2015.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAVES, M.N. *Terceirização dos serviços de limpeza: vivências de sofrimento de mulheres negras trabalhadoras diante do trabalho*. In: II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2014, Brasília. Anais do II Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades. Brasília: UnB, 2014.

COSMO, Gilvam Joaquim. *Gestão de trabalhadores terceirizados em uma instituição federal de ensino superior*. 2008. 52 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CUNHA, Y. R. Terceirização e o setor público. *Revista de Ciências Sociais*, nº 43, Jul/Dez, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DECANATO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DPO-UnB). *Relatório de Gestão (2017)*. Universidade de Brasília, 2018.

_____. *Relatório de Execução 2016 e Lei Orçamentária Anual - LOA 2017*. Universidade de Brasília, 2017.

DELLA PORTA, D.; HÄNNINEN, S.; SIISIÄNEN, M.; SILVASTI, T. "The precarization effect". In: _____. *The New Social Division*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores in Relações e Condições de Trabalho no Brasil*. São Paulo, p. 73-147, 2008.

DRUCK, G. & FRANCO & T. Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias. In G. DRUCK & T. FRANCO (Orgs.), *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, G.; SENA, J.; PINTO, M.M; ARAÚJO, S. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In: CAMPOS, A.G. *Terceirização do Trabalho no Brasil*, Brasília: IPEA, 2018.

DRUCK, G; BORGES, A. Terceirização: balanço de uma década. *Cad. CRH*, Salvador, n. 37, p. 111-139, jul/dez, 2002.

DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo de complexo petroquímico na Bahia*. Dissertação (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1995.

_____. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 15-43, Nov. 2016.

FERREIRA, Magda Carneiro. *Terceirização no setor público: estudo de caso na Fundação Universidade de Brasília*. 2017. 62 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GIOSA, L. A. *Terceirização: uma abordagem estratégica*. São Paulo: Pioneira, 1997.

GODINHO, L. F. R. *Laços frágeis e identidades fragmentadas: interações, discriminações e conflitos entre trabalhadores da Refinaria Landulfo Alves, Bahia, 1990-2006*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política, e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HARVEY, David. *The Condition of Post-Modernity*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1990.

IRBER, Beatriz Gabriele de Castro Silva. *Trabalhadoras terceirizadas de limpeza e conservação da UnB: relatos de violências, invisibilidade e precarização*. 2016. 74 f., il. Monografia (Bacha-

relado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

JACOBSEN, A.L.; CORDEIRO, E.R. *A terceirização da segurança nas instituições de ensino superior: um estudo na UFSC*. In: XV Colóquio de Gestão Universitária. XV CIGU, 2015, Mar del Plata (Argentina), Anais XV Colóquio de Gestão Universitária. XV CIGU, 2015.

LEIRIA, J. S.; SOUTO, C. F.; SARATT, N. D. *Terceirização passo a passo: o caminho para a administração pública e privada*. Porto Alegre: Sagra-de Luzzatto, 1992.

LIMA, Jacob Carlos. Outsourcing and workers: revisiting some questions. *Cad. Psicol. Soc. Trab*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 17-26, 2010.

LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 18, n. 61, p. 64-87, Dec. 1997

MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. *Cad. CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, Aug. 2012.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. Abordagem Histórica da Reestruturação Produtiva. *Latitude*, v. 3, nº 1, pp. 55-75, 2009.

PEIXE, João Carlos Mendonça Didier Silva. *Terceirização no Brasil: tendências, dilemas e interesses em disputa*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. *Taylorismo, fordismo e toyotismo*. Lutas Sociais (PUCSP), v.19, p. 65, 2015.

SALERNO, Mário Sergio. *Mudança organizacional e trabalho direto em função de flexibilidade e performance da produção industrial*. Prod., São Paulo, v. 4, n. 1, p. 5-22, jun. 1994.

SANTOS, M.F.S; BERÇOTT, D.N. *Razões do Insucesso: relação Executivo-Legislativo e planejamento econômico em Dilma II – o caso do “ajuste fiscal”*. 5ª Jornada de Ciências Sociais da UFJF, Juiz de Fora, 2017.

SARATT, N.; SILVEIRA, A. D.; MORAES, R. P. *Gestão plena da terceirização: o diferencial estratégico*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

SILVA, Ricardo Margonari da. *Terceirização e precarização: caso da Universidade Federal de Uberlândia no período 2000-2014*. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

SOUTO MAIOR, J. L. *ADI 1.923: legitimação e ampliação da terceirização no setor público*. In: GRUPO DE PESQUISA TRABALHO E CAPITAL. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: [https:// grupo.depesquisatrabalhoecapital.wordpress.com /2015/04/22/](https://grupo.depesquisatrabalhoecapital.wordpress.com/2015/04/22/). Acesso em: 21 jun. 2016.

THÉBAUD-MONY, A. Santé et travail: droit e pratiques du droit - Reflexions autour du role de l'État. In: APPAY, B.: THÉBAUD-MONY, A. (org.) *Précarisation sociale. travail et santé*. Paris: IRESCO. 1997.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Estatuto e Regimento Geral*. 2011.

VELLOSO, J.; MARQUES, P.M.F. Recursos Próprios da UnB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. *Revista*

Educação e Sociedade, vol. 26, n. 91, p. 655-680, maio/ago, São Paulo, 2005.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.

Referências jurídicas

BRASIL. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (324)*. Rel. Min. Luís Roberto Barroso.

_____. *Plano diretor da reforma do estado*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. (Cadernos MARE)

_____. *Decreto-Lei n° 200*, de 25 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, 1967. Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2014.

_____. *Lei n° 6.019*, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Brasília, 1974. Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2014.

_____. *Lei n° 5645*, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Brasília, 1970. Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2014.

_____. *Lei n° 7102*, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, 1983. Disponível em: Acesso em: 5 fev. 2014.

4 A Lei nº 7.102/1983, que dispõe sobre serviços de vigilância em estabelecimentos financeiros é um exemplo restrito modular, por exemplo. Semelhantemente, havia contratações para cobrança de demandas sazonais.

5 Ainda que Druck e Borges (2002) evidenciem que, tendo em vista a especialização e fragmentação do processo produtivo instaurado devido à institucionalização modular da terceirização, buscava-se viabilizar a elevação da produtividade do trabalho via eliminação do “tempo morto” na jornada, dada a circulação das equipes entre várias empresas. Tal processo incorre paralelamente a (i) um aumento da intensificação do trabalho terceirizado (produtividade via intensificação) e (ii) à diminuição do contingente assalariado.

6 Druck et al (2018) relatam a burla dos direitos trabalhistas dos servidores terceirizados de limpeza e conservação Universidade Federal da Bahia (UFBA), bem como a manutenção de servidores em situação de irregularidade. Por fim, Ferreira (2017) evidencia a alta rotatividade dos servidores terceirizados da UnB, enquanto Chaves (2014) e Irber (2016) evidenciam as desigualdades que entrecruzam as trabalhadoras terceirizadas do serviço de limpeza e conservação desta mesma universidade. Embora não tenham sido inseridas neste presente trabalho, as categorias de gênero e raça — qualificadamente analisadas em Bandeira e Almeida (2015), Chaves (2014) e Irber (2016) — são relevantes para compreensão desta categoria de servidores.

7 Nota-se, entretanto, que a definição dos integrantes do corpo técnico-administrativo da Universidade não abrange os servidores terceirizados, desacoplando-os em relação à comunidade universitária. Cosmo (2008), entrevistando inte-

grantes do corpo técnico-administrativo que atuam há décadas na UnB, observou que há uma visão difundida, entre o corpo técnico-administrativo, de que os terceirizados não teriam comprometimento com a Universidade enquanto instituição.

8 Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos. Vale ressaltar que, a partir de 2014, com a criação do respectivo Centro enquanto Organização Social (OS), em acordo entre MEC-UnB-INEP-CEBRASPE, desvincularam-se grande parte das receitas repassadas à UnB.

9 UnB Idiomas é um programa de extensão vinculado ao Instituto de Letras (IL) que oferece cursos de línguas estrangeiras e não-estrangeiras aos estudantes e à comunidade.

10 Segundo dados do DPO, tais despesas abrangem, justamente, despesas com (i) estágio, bolsas e eventos; (ii) água, energia e telefone; (iii) comunicação; (iv) despesas patrimoniais de condomínio; (v) despesas com almoxarifado; e, principalmente, (vi) contratos com empresas terceirizadas e contratos diversos.

11 Não há como explicitar, no presente trabalho, com o detalhe requerido, as consequências da instauração do “Novo Regime Fiscal” para o financiamento do Ensino Superior. Dá-se enfoque, entretanto no Art. 101 do ADCT que, por sua vez, estabeleceu modificações no art. 4º da LOA (2017) e o art. 35 da Portaria nº 8 postulada pela SOF (Secretaria de Orçamento Federal), impossibilitando a abertura de créditos suplementares para o atendimento de despesas primárias sem impor cancelamento de despesa primária em valor correspondente.

12 Disponível em: <<http://www.daf.unb.br/images/phocadown->

load/diretoriaterceirizacao/contratos/200-2015/CT_Contrato_inicial.pdf>. Serão analisados, também, os Termos Aditivos ao contrato.

13 Dentro da cláusula décima, privilegiam-se os itens 3, 7 e 62 — referentes à manutenção do regime disciplinar (“boa ordem”) e substituição imediata de servidores terceirizados.

14 A noção de “precarização” é claramente multifacetada (Della Porta et al, 2015). Neste trabalho, entende-se precarização como ela é usualmente definida na literatura, isto é, como a existência crescente de postos assalariados que, mesmo formais, são caracterizados pela instabilidade, longas jornadas de trabalho e baixos rendimentos.



Resenhas

COOPER, Frederick. *Citizenship, Inequality and Difference: Historical Perspectives.* **Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2018.**

Iago Vinícius Santos Inacio¹

Recebido em: 14/02/2020

Aceito em: 16/04/2020

Dentre as publicações recentes sobre cidadania, o livro do historiador americano Frederick Cooper, um dos principais especialistas em África colonial no século XX, ocupa um lugar de destaque. A obra consiste numa análise histórica da cidadania, com o intuito de compreender as múltiplas possibilidades de mobilização do conceito diante das desigualdades e diferenças, em situações históricas específicas. Escrito como uma palestra, o texto demonstra a erudição do autor, cujas reflexões podem contribuir para compreendermos algumas questões sobre cidadania no passado e no presente.

O livro contém cinco capítulos, incluindo a introdução e a conclusão.

Na Introdução (*Citizenship and Belonging*, p. 1-26), Cooper toma algumas questões contemporâneas, como as tensões pela imigração e a precarização dos regimes de cidadania da União Europeia, e reflete sobre as possibilidades teóricas e políticas do conceito de cidadania. Em vez de uma definição *a priori*, o historiador propõe que a cidadania consiste no direito de reivindicar direitos – o que evoca o pertencimento a uma

1. Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com projeto sobre Canudos. Além disso, tem experiência em História do Pensamento Social Brasileiro entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, especialmente na obra de Euclides da Cunha, e Teoria Sociológica. Áreas de atuação: História Social da Cultura; Pensamento Social Brasileiro. E-mail: iagoviny@yahoo.com.br

(ou a múltiplas) unidade(s) política(s). Além de reivindicatória, a cidadania é uma noção dinâmica, mobilizada historicamente de várias maneiras, cujo potencial enquanto conceito político se sobressai diante da religião, etnicidade ou parentesco.

No capítulo primeiro (*Imperial Citizenship from the Roman Republic to the Edict of Caracalla*, p. 27-40), Cooper defende que as origens da cidadania remontam ao Império Romano, que desenvolveu mecanismos inclusivos para lidar com as diferenças das populações dominadas, sem romper com (ou mesmo questionar) as desigualdades.

O segundo capítulo (*Citizenship and Empire – Europe and Beyond*, p. 41-92) da obra se concentra entre o fim do século XVIII e o início do XX e tem o intuito de demonstrar como se articularam as relações entre cidadania e império em diversos casos (Espanha, Inglaterra, França e Império Otomano). Cooper defende que a ideia comumente associada à cidadania, isto é, a ligação direta entre o indivíduo e o Estado (“cidadania horizontal”), decorreu de um processo longo e conflituoso, que se inicia em 1789 no Ocidente – até então, a cidadania passava pelos grupos (“cidadania vertical”). O autor aponta alguns processos em que a linguagem da cidadania foi fundamental para as reivindicações e contra-reivindicações: 1) as independências nas Américas se originaram a partir de demandas por cidadania no interior dos impérios que não foram atendidas; 2) a formação das nações imperiais europeias foi igualmente marcada por tensões pela definição dos “cidadãos” que pertenceriam diretamente aos novos Estados; 3) na virada do século XX, os diversos impérios europeus lidavam com a tensão entre a cidadania no império e a cidadania na nação.

No capítulo terceiro (*Empires, Nations, and Citizenship in the Twentieth Century*, p. 93-142), Cooper analisa os modos pelos

quais a noção de cidadania foi mobilizada em diferentes níveis de inclusão (isto é, nos impérios e nas nações). O autor defende que as transformações do conceito ao longo do século XX vão além da narrativa “do Império ao Estado nacional”. O fim dos impérios coloniais (após 1945, seguido pela construção dos Estados de bem-estar social na Europa) não acabou com os conflitos em torno do pertencimento e das fronteiras, na medida em que houve exclusão parcial ou completa de certos grupos no interior dos Estados. Nesse sentido, o historiador analisa as múltiplas possibilidades em torno da cidadania ao longo do período, dentre os quais se destacam: a Índia pós-independência e os riscos da cidadania diferenciada por grupos; as reconfigurações do império francês após 1946, a construção do Estado de bem-estar social e as reivindicações africanas por pertencimento e cidadania; a independência na África, as múltiplas reivindicações no interior dos Estados e os riscos do territorialismo; a cidadania ampla, que coexistia com as cidadanias nacionais, como no caso da URSS ou da cidadania europeia após 1993.

Cooper retoma, na conclusão (*Citizenship in an Unequal World*, p. 143-150), os debates contemporâneos acerca da cidadania, e a apresenta como um conceito potente, desde que se evitem os extremos da “particularidade” e da “igualdade” – ou mesmo os polos do “nacional” e da “humanidade”. Por fim, o autor apresenta o duplo desafio da cidadania no mundo contemporâneo: 1) a ficção de que os cidadãos devem se inserir em um Estado correspondente a uma nação dificulta a resolução do problema da coexistência de povos diversos num mesmo Estado; 2) o capitalismo global, cuja mobilidade está em descompasso com a rigidez dos Estados, ameaça constantemente as conquistas da cidadania.

Cidadania: um conceito potente

Ao longo do livro, Cooper defende a tese de que a mobilidade humana e as múltiplas formas de pertencimento são fenômenos antigos e que a identificação entre cidadania e pertencimento a um Estado nacional remonta ao fim dos impérios coloniais, isto é, à segunda metade do século XX. A sua análise histórica aponta a diversidade de modos como o conceito de cidadania foi mobilizado para reivindicar direitos e pertencimento a uma unidade política, contribuindo para demonstrar as potencialidades desse construto.

A contribuição do livro para as ciências humanas consiste em expor uma concepção ampla, dinâmica e processual de cidadania, capaz de entrever as múltiplas possibilidades que são abertas ou fechadas quando essa noção é mobilizada em situações históricas específicas. Em sua análise comparativa, Frederick Cooper aponta que a cidadania não é simplesmente um *status* traçado a partir da equivalência dos cidadãos, mas um *conceito reivindicatório*, que pode ser mobilizado ou exercido em diversas unidades políticas, às vezes em várias instâncias simultaneamente. Nesse sentido, o historiador critica, ao longo da obra, as noções *a priori* que limitam a reflexão sobre a cidadania: 1) a visão liberal (“versão maximalista de cidadania”), dotada de historicidade, e que não corresponde, portanto, à ideia “natural” ou “universal” de cidadania; 2) a versão multiculturalista, do “reconhecimento da diferença”, que pode, segundo o autor, obscurecer as dimensões econômicas e sociais, ou seja, as desigualdades da cidadania.

Entretanto, uma questão pode intrigar o leitor: ao apontar a historicidade e os limites da cidadania no Estado nacional, Cooper sai em defesa de um “globalismo” exacerbado?

O historiador americano não nega a importância dos Estados nacionais na luta por direitos no mundo contemporâneo, no

interior dos quais as demandas em nome da cidadania, uma categoria legal, têm um potencial enorme. Todavia, Cooper se esforça em demonstrar que, por diversas razões, nem sempre os Estados são suficientes para atender às reivindicações: 1) o processo de dissolução dos impérios criou uma ficção (“para cada Estado, uma nação”) que tem dificuldades em lidar com as diferenças no território nacional; 2) nem todos os países possuem mecanismos sólidos de inclusão (dos “nativos” ou dos “imigrantes”) e mesmo quando o possuem, não estão plenamente seguros, em razão da expansão do capitalismo global e seu pacote de austeridade, como vemos atualmente na União Europeia, caso diretamente tratado pelo autor, mas também em outras regiões do mundo.

Enfim, ao propor a análise histórica da cidadania, definida em termos dinâmicos, Cooper nos lega uma obra muito importante para compreender algumas das tensões do mundo contemporâneo e, sem oferecer um modelo teórico rígido, abre espaço para reflexões sobre cidadania, pertencimento, desigualdade e diferença em contextos que não foram contemplados no livro – como o Brasil, de 1822 a 2020.

TONIOL, Rodrigo. *Do Espírito na Saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil.* São Paulo: LiberArs, 2018.

Amanda Bartolomeu Santos¹

Recebido em: 5/02/2020

Aceito em: 16/04/2020

O livro, publicado em 2018, origina-se da tese de doutorado defendida por Rodrigo Toniol, em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Trata-se de uma etnografia do processo de institucionalização da oferta e do uso de terapias alternativas/complementares no SUS. Toniol opta pelo o termo composto “terapias alternativas/complementares”, como solução parcial que reconhece o caráter instável da denominação dessas práticas. O termo composto permite uma diferenciação, em relação ao termo oficial “práticas integrativas e complementares” (PICs), interessante na medida em que a pesquisa tem como foco o trabalho para a transformação de uma “terapia alternativa/complementar” em uma PIC.

O autor aborda as instâncias de formulação das políticas das PICs a partir de leis, resoluções, textos acadêmicos, notícias, relatórios, observação de seminário e congressos. O que o permite contextualizar a discussão: no cenário brasileiro, com a formulação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no contexto da Organização Mundial de Saúde (OMS), e no meio científico de algumas sociedades médicas. Além disso, Toniol realizou observações nas reuniões para a

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

elaboração da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (Pepic/RS). Participação que foi autorizada como “observador-convidado”, pelo fato de que quando se apresenta solicitando a entrada já havia acumulado mais dados e informações (nos 6 meses anteriores de campo) sobre a oferta das terapias, do que a Secretaria dispunha para o começo dos trabalhos.

Todo seu o trabalho de campo foi realizado entre março de 2012 e dezembro de 2013. E inclui também observações realizadas na rotina de serviços de saúde em Porto Alegre, Uruguaiiana e Severiano de Almeida (duas cidades do interior do RS). No entanto, o autor opta por não abordar neste livro, os serviços de Uruguaiiana e de um ambulatório de Porto Alegre. Além disso, são mencionadas, no livro, visitas a outras cidades do interior, o que nos permite inferir um amplo material de pesquisa e gera certa curiosidade no leitor sobre o desdobramento em outros trabalhos. O livro é muito bem organizado, dividido em duas partes, três capítulos na primeira e dois na segunda. O início de cada capítulo apresenta o que será discutido e o lugar de sua inserção em relação ao livro, e o final de cada subseção indica o que será discutido na próxima.

No livro são descritos, além das reuniões para formulação da Pepic/RS, três serviços que utilizam as terapias. Toniol ressalta que não tem a pretensão de estabelecer comparações ou trabalhar com a noção de etnografia multissituada, tampouco pretendeu apresentar um conjunto de exemplos médios. A partir de sua opção metodológica, reconhece que a associação dos espaços é resultado de seu próprio percurso, sua relação com os interlocutores e seu esforço analítico. Dialoga com John Law (2004) na proposta de que a pesquisa/texto não apenas descreve realidades sociais, mas as cria, de forma que a etnografia é definida como um ato político. Outro diálogo importante no texto é

com trabalho de Annemarie Mol (2002), que sugere a atenção às práticas cotidianas, trazendo a ideia das performances que instituem (*enact*) realidades. Assim, Toniol descreve os procedimentos rotineiros das PICs como instituidores dessas políticas.

O autor propõe um afastamento de perspectivas dominantes na antropologia que tratam as terapias alternativas/complementares na chave dos fenômenos da *Nova Era*, na medida em que trabalhar com essa categoria geral pode aprisionar a multiplicidade de realidades observadas. Nesse sentido, defende que há uma pluralidade de referências que se associam a essas terapias, de modo que seu o enfoque não esteve no esoterismo e no caráter marginal de seu uso, mas pretendeu ver também os processos de oficialização.

As duas partes em que se divide o livro correspondem também a dois eixos analíticos. O primeiro deles aborda a invenção das PICs. A ideia de invenção ressalta que a categoria PIC, para além de descrever terapias já existentes, também cria o que descreve. A proposta do autor é atentar para o trabalho envolvido em fazer com que determinadas terapias alternativas/complementares existam como PICs. A segunda parte do livro dá maior ênfase à questão das relações entre espiritualidade e saúde, principalmente em seus efeitos nas políticas de PICs. A espiritualidade é abordada como produto histórico de processos discursivos, de forma que sua relação com a categoria “religião” é contingencial e demanda investigações detalhadas das relações contextuais.

O primeiro capítulo do livro nos apresenta a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), de 2006, retomando a trajetória para a formação dessa normativa, além de situá-la no contexto de discussões e resoluções no âmbito da OMS. O texto atenta para quais as terapias incluídas e a relação dessa inclusão com os debates que já ocorriam em instâncias oficiais e/ou

instituições de pesquisa. Uma questão central nesse capítulo, que podemos entrever novamente em outras partes do livro, refere-se às discussões a respeito dos termos empregados no nome da política, apresentando o contexto das escolhas e os sentidos pretendidos com as noções de “práticas”, “complementaridade” e “integralidade”.

No segundo capítulo Toniol descreve a produção da Pepic/RS, a partir de sua participação nas reuniões da comissão que formulou a política entre junho de 2012 e dezembro de 2013. O texto final da Pepic inclui além das terapias que já estavam na PNPIC (fitoterapia, acupuntura, homeopatia crenoterapia e medicina antroposófica), as práticas: terapia floral, reiki, práticas corporais integrativas, terapias manuais e manipulativas, terapia comunitária e dietoterapia, além de outras recomendações. A comissão estabeleceu determinados critérios para o apoio à institucionalização das terapias, no entanto, o autor descreve casos de terapias que atendiam a esses critérios e não foram incluídas na política, como daquelas que não atendiam completamente e foram. O que não pretende denunciar uma parcialidade das decisões, mas explicitar que a avaliação técnica é também política. Apesar da aparência de tecnicidade e razão burocrática nas políticas públicas, elas também se fazem contingencialmente.

No Capítulo 3 entramos em contato com a etnografia das práticas do Ambulatório da Dor e Acupuntura do Centro de Saúde Modelo, em Porto Alegre. Nesse Ambulatório, o autor descreve os procedimentos de agulhamentos para tratamentos de dores feitos a partir de dois tipos de profissionais: médicos que seguem os princípios da medicina tradicional chinesa (MTC), atuando sobre meridianos e canais energéticos; e os médicos que defendem a medicina baseada em evidências, procedendo a partir de técnicas recentes de estimulações intramusculares de zonas neu-

rorreativas específicas. Ambos os modelos terapêuticos são inscritos no sistema de gestão do SUS em rubricas destinadas às PICs, de forma que a terapêutica oficial seria MTC, enquanto a biomédica assume o lugar de “alternativa”. Toniol propõe, a partir desse contexto etnográfico, a reflexão sobre a relação entre PICs e terapias biomédicas, sem defini-la como fundada “*no e pelo contraste*” (p.115), ou em termos bélicos (como dominação, assimilação, etc). Se são produzidas fronteiras entre essas práticas e conhecimentos, a proposição teórica do autor pretende não reificá-las, mas deslocar a ênfase para o trabalho as produz.

Na segunda parte do livro, mais direcionada para a questão da relação entre espiritualidade e os serviços de saúde, o quarto capítulo tem como referência empírica a oferta do reiki, como tratamento complementar à quimioterapia, no setor oncológico do Hospital Conceição em Porto Alegre. Para a decisão sobre a implantação da terapia, o reiki apareceu como uma terapêutica que trabalha a espiritualidade, mas não é religiosa. Esse entendimento, que está presente na Pepic e em diversas instâncias e organismos de gestão à saúde (especialmente na OMS), considera a espiritualidade como uma parte invariante da humanidade e a religião como algo decorrente de escolhas individuais.

Enquanto aplicado seguindo técnicas “mais discretas”, o reiki teve bastante aceitação entre pacientes e profissionais do hospital, quando a terapeuta passa a uma nova técnica (seguindo os mesmos princípios, mas após a conclusão de mais um nível de sua formação), com gestos mais amplos, há uma queda na adesão à terapia por motivos religiosos. Para aqueles que recusaram a terapia, a técnica dizia algo sobre a sua relação com espiritualidade/religião. Se essas presenças da espiritualidade (e suas possíveis relações com a religião) na saúde pública abrem questões para debates sobre secular-

ismo, a posição do autor difere daqueles que buscam revelar o que há de religioso na espiritualidade, ou definir a substância de cada uma das categorias. Toniol argumenta que as relações entre elas são contingenciais, cabendo ao trabalho a descrição de como, nas práticas, são produzidas fronteiras entre espiritualidade e religião.

Por fim, o último capítulo traz o caso de Severiano de Almeida, o qual é reconhecido, pela Secretaria de Saúde e até pelo Ministério, como um exemplo bem-sucedido do uso das PICs. A Secretaria Municipal implantou o Projeto Saúde Integrada, que incluía a instalação de hortos medicinais e a oferta de PICs na atenção básica. Para a secretária de saúde, o cuidado com a espiritualidade foi estruturante para o projeto. A partir das políticas de PICs foi possível a contratação de parapsicólogos e técnicas responsáveis pelos fitoterápicos. Segundo Toniol, este não foi o único caso, ao longo do trabalho de campo, em que encontrou terapeutas reconhecidos como especialistas em espiritualidade, que entraram no SUS pelas políticas de PICs. Sendo que, para alguns profissionais e gestores, as PICs seriam um caminho para trabalhar a espiritualidade dos usuários. Neste capítulo, Toniol nos mostra também vários investimentos das ciências médicas em pesquisas sobre a relação entre espiritualidade e saúde, com a intenção de acompanhar os efeitos da legitimação da ideia de que “espiritualidade faz bem para saúde” para o cotidiano da prática clínica. Assim, o capítulo atenta para como esse discurso que associa espiritualidade e saúde encontrou nas políticas das PICs um locus para sua realização clínica.

Como ressaltado no *Posfácio* de Fabíola Rohden, o livro traz uma importante contribuição teórico-metodológica que incide sobre a natureza do fazer antropológico, ao nos deslocar de velhos clichês para reconhecer um mundo múltiplo e instável. O livro é de grande relevância para os estudiosos da re-

ligião, bem como para os estudos da ciência. Esta que embora não seja uma o foco inicial do autor, torna-se um eixo ao longo do trabalho de campo, acionada tanto em contextos de afirmação da legitimidade das PICs como de questionamento de sua cientificidade. O livro é, também, importante para interessados na saúde pública e na formulação/implantação de políticas.

RIFIOTIS, Theophilos; SEGATA, Jean (Orgs.). *Políticas etnográficas do campo da moral.* **Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.**

Ícaro Yure Freire de Andrade¹

Recebido em: 15/02/2020

Aceito em: 20/04/2020

Didier Fassin (2018) demonstra como a questão da produção moral e ética vem tomando cada vez mais espaço no campo das ciências sociais. A sua centralidade, segundo este autor, não se dá apenas pelo início de uma época eticamente consciente, mas sim da reestruturação das relações sociais, certas particularidades históricas e a centralidade que o campo da moralidade vem tomando tanto como elemento coercitivo quanto como ferramenta na luta cotidiana por reconhecimentos mínimos na esfera pública.

A questão moral para Fassin (2018) seria configurada pela sobreposição de duas dimensões no espaço: 1) uma configuração histórica onde haveria uma multiplicação de preocupações e expectativas que envolvem a ética e a moral e; 2) uma banalização das palavras, imagens e práticas.

É exatamente nesta questão moral, cada vez mais urgente para as ciências sociais, que o livro “Políticas etnográficas no campo da moral” (2019), organizado por Theophilos Rifiotis e Jean Segata, se concentra. O livro tem como objetivo divulgar o que vem sendo produzido nos estudos etnográficos da moral e também demonstrar a pluralidade de perspectivas que abarcam este tema.

Desde 2016, Theophilos Rifiotis e Jean Segata vêm desen-

1. Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFPB. Membro do GRESP/UFPB (Grupo de estudos em Sociologia política) atuando na linha de pesquisa Emancipação, utopias e novas virtudes. E-mail: icaroyuresocio@gmail.com

volvendo em conjunto com a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) um grande trabalho de divulgação científica no campo etnográfico, tendo sido lançados anteriormente por eles “*Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida*” (2016) e “*Políticas etnográficas no campo da cibercultura*” (2018).

O livro é composto por oito capítulos e uma apresentação feita pelos organizadores do volume. Com exceção dos dois capítulos escritos por um mesmo autor, Didier Fassin, os capítulos restantes correspondem a pesquisas etnográficas de nove pesquisadores diferentes onde nos são apresentados oito objetos distintos em suas abordagens metodológicas mas que pertencem ao campo etnográfico com ênfase na pesquisa sobre a moral e seus conteúdos e descontentes e da relação da moralidade com as emoções.

“*Políticas etnográficas do campo da moral*” pode ser dividido em dois momentos que não são distintos, mas complementares, e que facilitam a compreensão do que é apresentado no transcórre da obra. O primeiro momento foca nas discussões teóricas a respeito do fazer etnográfico e das possibilidades de compreensão dos valores enquanto objetos etnográficos. O segundo momento seria composto por abordagens mais práticas, onde o fazer etnográfico no campo é o elemento principal. Antes que passemos à classificação dos capítulos dentro desses dois momentos, torna-se necessário esclarecer que esses momentos não se apresentam de forma mecânica, isto é, nem sempre o capítulo com foco em teoria vem seguido de um do mesmo foco. Eles se misturam no transcórre do livro, desafiando, indiretamente, o leitor a relacioná-los entre si.

Os capítulos “*Antropologia e moralidade: etnicidade e as possibilidades de uma ética planetária*” (Capítulo I) de Roberto Cardoso de Oliveira – capítulo publicado em memória ao autor e que é uma republicação - e “*Da moralidade à eticidade via*

questões de legitimidade e equidade” (Capítulo II) de Luís Roberto Cardoso de Oliveira trazem os debates acerca das possibilidades de compreensão dos problemas próprios ao campo da ética e das formas como essa se apresenta em certos contextos sociais a partir de uma visão que toma a ética discursiva habermasiana como perspectiva teórica e metodológica que compõe as apresentações e argumentações acerca de seus problemas expostos. É possível uma ética planetária? Um universalismo ético ou um relativismo que não influi diretamente nas práticas étnicas de outros povos? Quais os limites da ética discursiva para se pensar as relações morais em culturas distintas? São todos questionamentos que a leitura nos direciona nestes capítulos.

“Além do bem e do mal? Questionando o desconforto antropológico com a moral” (Capítulo III) de Didier Fassin, *“Elementos para uma sociologia da vitimização”* (Capítulo V) de Yannick Barthe e *“As economias morais revisitadas”* (Capítulo IV) de Didier Fassin trazem discussões referentes à relação tanto da etnografia e das ciências sociais mais gerais com o objeto da moral quanto acerca das limitações de compreensão que são consequência desse mal-estar gerado pelo estranhamento próprio ao elemento moral tomado como peça de pesquisa. Os dois capítulos de Didier Fassin exploram esse “engodo” que a moral se tornou para as ciências sociais, assim como apontam que por mais que este conjunto de ciências recorrentemente cobre o uso desses valores morais como seus objetos próprios desde sua concepção, as mesmas possuem uma tendência a generalização e esvaziamento de todas as potenciais problematizadores que são intrínsecos ao mundo moral – tanto na experiência individual como na experiência coletiva. Já o capítulo escrito por Yannick Barthe traz um sério questionamento sobre a relação entre vítimas e vitimizadores e na anulação direta

ou indiretamente da vítima como ente capaz de se perceber enquanto tal, portadora de uma reflexividade situacional assim como na tentativa de articulação entre agência e estrutura sem se perder em uma experiência puramente fenomênica ou uma relação puramente estrutural – para o autor, é necessário que se haja uma síntese entre essas duas dimensões para uma melhor compreensão de como o objeto analisado se estrutura, se produz e reproduz.

Já os capítulos mais práticos centram-se nos artigos de Cláudia Fonseca, Debora Diniz, Luciana Brito, Ceres Victoria e Monalisa Dias Siqueira. Em *“Sofrimento situado: memória, dor e ironia”* (Capítulo VI), Cláudia Fonseca demonstra os perigos da literalidade de algumas leituras etnográficas referentes a discursos e memória. Para a antropóloga, os depoimentos não devem ser tomados como uma *mimeses* da realidade e é na ironia dos relatos presente nos depoimentos coletados que é possível perceber um “espaço de manobra do sujeito” e a articulação entre política e sentimentos.

Tanto *“Uma epidemia sem fim: zika e mulheres”* (Capítulo VII) como *“A maior tragédia em 50 anos”: moral e emoções na transformação dos sentidos do incêndio da boate Kiss*” (Capítulo VIII), Débora Diniz, Luciana Brito, Ceres Victoria e Monalisa Dias de Siqueira demonstram a partir de depoimentos e de idas ao campo as formas de mobilização que utilizam os sentimentos e a moral na construção tanto das relações sociais como na própria construção do self individual dos sujeitos envolvidos nas mesmas. Nestes dois capítulos os elementos morais são apresentados enquanto formas de coação e controle como também como ferramentas de mobilização que conseqüentemente evidenciam o caráter político desses valores cobrados e defendidos em disputas.

“Políticas etnográficas no campo da moral” se mostra um livro importante para aqueles que se interessam pela moral e seus

desdobramentos enquanto objeto de pesquisa pela pluralidade de perspectivas metodológicas e epistemológicas sobre o objeto da moral. Também possui como ponto positivo a diversidade de abordagens, isto é, a pluralidade de possibilidades de leitura dos elementos morais. Ao mesmo tempo em que retoma a discussão sobre teoria e prática e demonstra a partir dos trabalhos expostos que somente uma síntese entre ambas é capaz de abarcar as dinâmicas e contradições próprios aos valores sociais. A atualidade dos textos apresentados no livro reforça que os estudos morais avançam como campo de estudo, discussão e reflexão nas ciências sociais.

O livro também torna-se bastante relevante para o campo mais amplo das ciências sociais - e mais especificamente para os pesquisadores/as que se debruçam sobre o objeto da moral/moralidade – por apresentar o que vem sendo produzido de mais recente nesta área, que é ampla, tanto internacionalmente como nacionalmente. Se apresenta não somente como uma obra introdutória aos estudos etnográficos da moral, mas enquanto obra crítica pela sua diversidade de maneiras e formas de abordagens apresentadas. Apesar dessas várias possibilidades de análise de um mesmo objeto – que se apresenta de várias formas – existe uma unanimidade apresentada por todos os autores que compõem este livro: é a da localização do objeto da moralidade enquanto envolto em disputas políticas, sociais e econômicas, isto é, a moral/moralidade não se apresenta apenas como uma forma de horizonte praxiológico mas enquanto um lugar de embates sobre as determinações dos elementos que guiarão esses horizontes da ação dos sujeitos envolvidos nessas disputas.

Referências Bibliográficas:

Fassin, Didier; Lézé, Samuel (Orgs). **A questão moral**. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.